O passado como pátria. A reprodução de uma memória apologética do passado colonial português da época moderna nos anúncios publicitários da revista *Oceanos* (1989–2002)

The past as homeland. The reproduction of an apologetic memory of Portugal's colonial past in the modern era in the advertising of the Oceanos magazine (1989–2002)

10.29073/naus.v9i2.1223

Recebido: 11 de junho de 2026.
Aprovado: 20 de novembro de 2026.
Publicado: XX de mês de 20XX.

Autor/a: Antônio David, Universidade Estadual de Campinas, Brasil, davidsf.antonio@gmail.com.

Resumo

O artigo aborda a memória social do império colonial português da época moderna (séculos XV a XIX) entre o final do século XX e início do século XXI em Portugal. Para tanto, realiza-se um estudo de caso em torno de anúncios comerciais veiculados na revista portuguesa *Oceanos*, publicação trimestral instituída no âmbito da Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, e que circulou entre 1989 e 2002. Nestas peças publicitárias, observa-se uma memória apologética do passado colonial, em sintonia com uma tradição historiográfica de longa duração. Sustenta-se a hipótese de que, com o colapso do terceiro império colonial, o império colonial moderno converteu-se em um refúgio narcísico: imersa em uma historicidade nacionalista, a memória apologética deste passado ganhou extraordinário reforço na conjuntura das "comemorações dos descobrimentos".

Palavras-Chave: Império Colonial Português; Lusotropicalismo e Neolusotropicalismo; Memória Social; Temporalidade Nacionalista; Usos do Passado.

Abstract

This article addresses the social memory of the Portuguese colonial empire during the modern era (15th to 19th centuries) between the late 20th and early 21st centuries in Portugal. To this end, it presents a case study of commercial advertisements featured in the Portuguese magazine *Oceanos*, a quarterly publication established by the National Commission for the Commemoration of the Portuguese Discoveries in 1989 and which circulated until 2002. These advertisements reflect an apologetic memory of the colonial past, aligning with a long-standing historiographical tradition. The article posits that following the collapse of the Third Colonial Empire, the Modern Colonial Empire has became a narcissistic refuge: steeped in a nationalist historicity, the apologetic memory of the past war significantly reinforced in the context of the "commemorations of the discoveries".

Keywords: Portuguese Colonial Empire; Lusotropicalism and Neolusotropicalism; Social Memory; Nationalist Temporality; Uses of the Past.

> "O nosso passado e o nosso presente são ricos em mitos — e mitos que logram passar como verdades, por suas origens, duração secular e enraizamento em concepções de mundo arraigadas. […] precisamos […] ir às raízes desses mitos e virá-los pelo avesso".
> Florestan Fernandes[1].

1Discurso feito pelo autor no dia 04 de julho de 1990, ao receber o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra (Portugal) (Fernandes, 1990, p. 197).

1. Introdução

"O passado é um país estrangeiro, as coisas são feitas diferentemente lá" (Hartley, 2002). Se a conhecida frase de abertura do romance de costumes *The Go-Between* (1953), de Leslie P. Hartley, faz lembrar os historiadores, com sua peculiar antipatia pelo anacronismo e obstinada atenção à contextualização histórica e às práticas que diferenciam e singularizam a experiência humana no tempo, em contrapartida a história não é nem nunca foi monopólio dos historiadores.

Foi em vista da enorme variedade de narradores do passado que a primeira parte da frase de Hartley foi apropriada pelo historiador David Lowenthal no título de um de seus livros. *The Past is a Foreign Country* (1985) é um inventário de alguns dos modos pelos quais os seres humanos se relacionam com o passado. Sua frase de abertura dá ao livro um efeito de contrariedade produtiva em relação ao título: "O passado está em todo lugar. Ao nosso redor há feições com antecedentes mais ou menos familiares. Relíquias, histórias e memórias permeiam a experiência humana" (Lowenthal, 2015, p. 1).

Se por "experiência" entendermos a presentificação do passado[2], então a afirmação de Lowenthal ganha novo sentido: as coisas que nos permeiam só adquirem feições familiares porque somos capazes de presentificar o passado através de operações afetivas e imaginárias, tornando-as significativas para nós. Aproximando-se de uma etnografia da memória social, ele descreveu operações pelas quais fazemos deste país estrangeiro um local familiar.

Neste artigo, trato de uma dessas experiências, de longa duração, com profundas raízes socioculturais: refiro-me à reprodução, em Portugal, de uma memória apologética do império colonial português na época moderna (séculos XV e XIX). Para tanto, farei um estudo de caso em torno dos anúncios publicitários veiculados nas páginas da revista portuguesa *Oceanos* entre 1989 e 2002. Trata-se de um estudo de perfil *historiográfico*, situado na interface entre os campos da História da Cultura, da História da Historiografia e da Teoria da História[3]. Começo com uma descrição da revista e dos anúncios; em seguida apresento certas tendências da historiografia portuguesa e brasileira concernentes ao escopo do artigo, a fim de localizar os discursos dos anúncios em uma tradição historiográfica e suas modificações no tempo, bem como perspectivas críticas à dita tradição; por fim, situo, em abordagens teóricas sobre memória e historicidade, a memória eufórica do passado colonial português veiculada nos anúncios, e ofereço hipóteses interpretativas sobre a dita reprodução.

2. O Passado Colonial Português nos Anúncios Publicitários de *Oceanos*

Em novembro de 1986, o governo português instituiu a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP). No ato executivo que a criou, lê-se, acerca dos acontecimentos pretéritos que se aspirava comemorar, que "*o povo português* se lançou *de forma coesa*, sistemática e arrojada na prossecução de novos objetivos cuja realização assegurava a identidade e independência nacional", e que "se inseria na *defesa e projeção dos valores cristãos* e contribuía decisivamente para a abertura das vias do comércio internacional" (Decreto-Lei nº 391/86, o destaque é meu). A CNCDP durou até 2002.

Uma década após sua criação, a revista brasileira *Acervo* publicou texto assinado pelo comissário-geral da CNCDP, o historiador António Manuel Hespanha, na qual ele apresenta o "perfil institucional" da mesma[4].

2"O que distingue a experiência é o haver elaborado acontecimentos passados, é o poder torná-los presentes, o estar saturada de realidade, o incluir em seu próprio comportamento as possibilidades realizadas ou falhas" (Koselleck, 2006, p. 312).

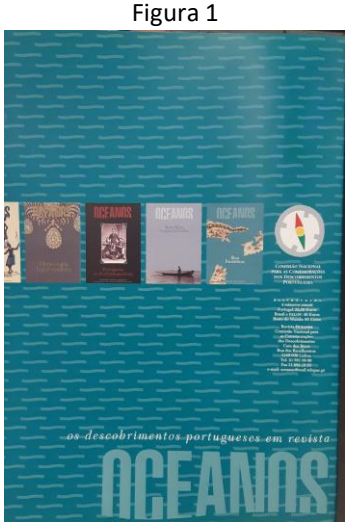
3Na chave da lógica histórica (Thompson, 1981), meu objetivo é *descrever* um determinado fenômeno histórico (a memória social, em Portugal na passagem do milênio, do império colonial moderno) a partir de evidências disponíveis (anúncios publicitários), postas *em relação* com perspectivas historiográficas (que não apresento como dadas, mas as historicizo), para, *em diálogo* com certas contribuições teóricas e conceituais, oferecer ganhos de compreensão sobre a cultura em uma dada época. Daí a estrutura do artigo: da descrição para a discussão teórica (cujos enunciados são *testados* no confronto com o fenômeno considerado), e não o inverso.

4Entre a criação da CNCDP e a publicação deste artigo, em 1997, os governos brasileiro e português celebraram o "Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, celebrado entre o Brasil e Portugal" (1992), iniciativa que ia ao

Evocando a etimologia da palavra "comemorar" ("lembrar em conjunto"), Hespanha sustenta: "Fixadas as imagens da história, a comemoração reside justamente em difundi-las junto ao grande público, em manifestações que aliem a eficácia comunicativa ao rigor dos conceitos a transmitir" (Hespanha, 1997, p. 98). Um destes meios de difusão foi a revista *Oceanos*.

Lançada em 1989, *Oceanos* foi a mais importante publicação oficial da CNCDP[5]. Na página de informação editorial, consta: "Revista trimestral para as comemorações dos descobrimentos portugueses". E, em anúncio da própria revista em suas páginas, enuncia-se: "Os descobrimentos portugueses em revista" (Figura 1)[6].

Figura 1



Foram ao todo 49 números, de junho de 1989 a março de 2002, que se distribuíram em 41 edições trimestrais e 4 edições semestrais (dois números em uma mesma edição). Nesse período, passou por três sedes[7], e teve quatro diretores, cada qual à época também comissário-geral da CNCDP: o escritor António Mega Ferreira (de junho de 1989 a março de 1993), o escritor Vasco Graça Moura (de junho 1993 a dezembro de 1995), o historiador António Manuel Hespanha (de janeiro 1996 a março 1999) e o historiador Joaquim Romero Magalhães (de abril 1999 a março 2002)[8].

A publicação podia ser adquirida individualmente ou mediante assinatura anual[9]. A partir do número 16, sua tiragem fixou-se em 10 mil exemplares, depois de ter oscilado entre 12 mil e 15 mil[10]. Apesar disso, não se deve supor que seu público-alvo fossem as camadas populares: indicam-no não apenas os preços, mas igualmente os muitos anúncios comerciais, no que se incluem bancos e serviços financeiros e de gestão de ativos, automóveis

encontro do dispositivo do Decreto-Lei nº 391/86 segundo o qual as "repercussões profundas" dos acontecimentos em torno das navegações e descobrimentos "devem igualmente ser evocadas no contexto das relações com os países para cuja formação e integração universal contribuíram" (Decreto-Lei nº 391/86).

5A revista é a primeira a figurar no subitem "Edições" do item "Política Editorial" do balanço parcial realizado pela CNCDP em 1994 (CNCDP, 1994, p. 62).

6*Oceanos*, n. 46, 2001, p. 128; n. 47–48, 2001, p. 225.

7Av. 24 de Julho, Rua dos Bacalheiros e Rua Jardim do Tabaco.

8Ao longo de sua história, a revista contou com um subdiretor (a partir do número 10 ou 11), editores (a partir do número 14, 15 ou 16) e, ao lado dos editores, coordenadores editoriais (a partir do número 34 – mas não no número 35 —, e definitivamente a partir do número 38). À exceção do período sob a direção de António Mega Ferreira, quando os editoriais foram escritos ora pelo "Coordenador e orientador temático" José Sarmento de Matos (n. 3), ora pelo diretor (n. 7 e 9), ora em que fosse identificado o autor (n. 11 e 12), ora por ambos (n. 13), nos demais períodos todos os editoriais foram assinados pelo diretor.

9O preço do exemplar individual evoluiu da seguinte maneira: n. 3 (1990): 500$00; do n. 7 (1991) ao n. 9 (1992): 650$00; do n. 11 (1992) ao n. 13 (1993): 750$00; do n. 16 (1993) ao n. 27 (1996): 1.500$00; n. 30/31 (1997): 2.000$00; do n. 32 (1997) ao n. 39 (1999): 3.000$00 ou € 15; do n. 40 (1999) ao n. 47/48 (1991): 3.000$00 ou € 15; n. 49 (2002): € 15.

10A tradução para o espanhol da edição n. 10, especial Expo 1992, teve tiragem de 37.800 exemplares.

de luxo e joalheria de luxo[11], como os vários anúncios da *Leitão & Irmão Antigos Joalheiros da Coroa*, com o apoio da CNCDP, em que réplicas históricas são comercializadas como *souvenirs* (Figuras 2 a 4)[12].

Figura 2

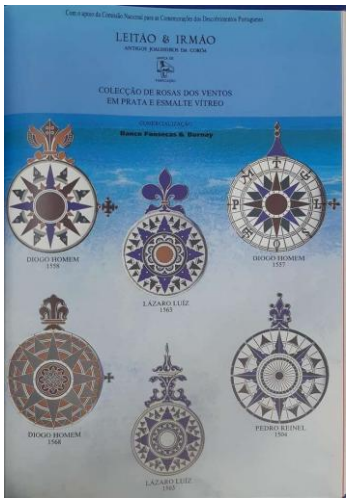


Figura 3

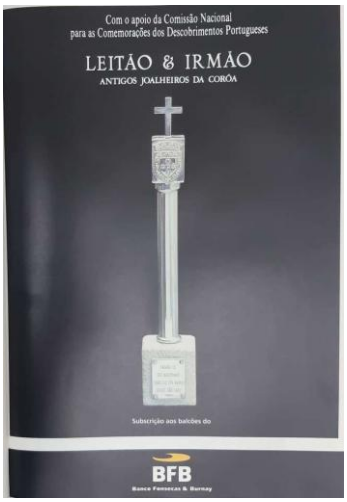


Figura 4



Oceanos tinha uma dupla função: por um lado, seus textos tinham perfil acadêmico, tanto pelo conteúdo como pela forma, com notas e bibliografia — não por acaso, seus autores em geral eram professores universitários[13]; por outro lado, seu perfil gráfico — o papel grosso, suas dimensões (38 cm x 27 cm) e as muitas ilustrações, por vezes ocupando uma ou mesmo duas páginas inteiras — fazia da revista também um *souvenir*.

Tais apontamentos sobre aspectos gráficos e editoriais da revista, que convergem para o enquadramento do público-alvo, têm aqui um propósito: nas páginas de *Ocenaos*, longe de se limitar à função meramente comercial, os anúncios publicitários tomam parte ativamente na atribuição de significados ao passado (e à relação entre passado, presente e futuro), como se verá nos parágrafos a seguir[14].

Aproveitando-se da circunstância comemorativa, em várias edições há anúncios com alusões explícitas ao "descobrimento" (Figuras 5 a 14). É o caso da Galp, empresa que atua na área de energia: em uma de suas peças, vê-se uma imagem com fundo preto e a mensagem: "Se a Galp já existisse na era dos descobrimentos, os portugueses teriam ido mais longe" (a palavra "longe" chega junto a uma imagem da lua)[15]. É o caso ainda da companhia aérea TAP, em cujo anúncio se lê: "Em tempos, as naus e caravelas portuguesas deram novos

11Enunciados presentes em algumas peças publicitárias veiculam uma cosmovisão burguesa (ou aristocrática). É o caso da peça publicitária da Volvo, que, para a pergunta "trabalho ou lazer?", oferece como resposta: "É uma questão filosófica que pouco importa" (*Oceanos*, n. 29, 1997, pp. 83–4; 30/31, 1997, pp. 86–7). Nessa mesma direção, a Renault veiculou um anúncio em que se lê: "Viver em harmonia com o que a vida nos oferece é uma questão de bom gosto, uma questão de inteligência" (*Oceanos*, n. 23, 1995, p. 67). Considere-se o anúncio da fabricante de carros Opel: "Qualidade não é privilégio, é direito", com o arrebate: "É um direito ter o novo Astra" (*Oceanos*, n. 34, 1998, pp. 128–9).

12*Oceanos*, n. 7, 1991, p. 80; n. 13, 1993, p. 25; n. 16, 1993, p. 57; n. 18, 1994, p. 132; n. 19–20, 1994, p. 101; n. 22, 1995, p. 109; n. 27, 1996, p. 112; n. 39, 1999, p. 81.

13Relativizo, com isso, a distinção indicada pela CNCDP entre *Oceanos* e *Mare Librum*, a primeira "de grande divulgação" e a segunda, "de caráter científico" (CNCDP, 1994, p. 62).

14A pesquisa consistiu no exame de 36 edições (sendo 30 edições equivalentes a um número e 3 edições equivalentes a dois números) a partir dos acervos das bibliotecas Florestan Fernandes (Universidade de São Paulo - USP) e Octávio Ianni (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), onde há exemplares de todas as edições, exceto dos números que não constam da bibliografia (no caso especificamente da edição número 11, o exemplar disponível é a versão espanhola). Todos os números disponíveis foram examinados na íntegra. Não houve seleção de anúncios, isto é, todas as peças que considerei atribuírem sentido ao passado colonial foram abarcados na pesquisa e citadas no artigo. O corpus comprende 97 anúncios de empresas privadas e públicas, além de anúncios institucionais (no que se incluem anúncios da CNCDP e/ou da própria revista). Para não prejudicar a leitura, optei por indicar a origem de cada imagem em nota de rodapé. A sigla "s/p" significa "sem numeração de página".

15*Oceanos*, n. 30–31, 1997, s/p (2ª capa); n. 32, 1997, s/p (2ª capa); n. 33, 1998, s/p (2ª capa).

mundos ao mundo. Hoje em dia, os aviões da TAP Air Portugal levam-no a esses lugares"[16]. Já o anúncio da empresa Caminhos de Ferro Portugueses contém a mensagem "Hoje, como ontem, conquistamos novos horizontes", seguida de um texto: "Portugal venceu os mares. Chegou a novas terras, outros povos, diferentes civilizações. Dominou com arte a técnica e a ciência. E enfrenta hoje, com a mesma determinação, o desafio da modernidade. […] Hoje, como ontem, saberemos percorrer a via do progresso. E conquistar novos horizontes"[17].

Em um anúncio promocional das "Coleções Credifone", da Telecom Portugal, o qual conta com o logo das Comemorações, é dito que "Os Descobrimentos Portugueses encontraram um novo mundo", o da coleção, com imagens de "outros mundos revelados há 500 anos através da saga dos nossos grandes navegadores", seguido do fecho: "Os descobrimentos continuam e, agora, convidam-no à aventura através desta nova e fabulosa Coleção Credifone"[18]. Por seu turno, a Papéis Inapa — fornecedora do papel utilizado para a impressão das edições da revista — veiculou um anúncio com os seguintes dizeres: "Ontem, Portugal descobriu o mundo. Hoje, mostraremos a sua cor"[19].

Uma peça publicitária da empresa ANA Aeroportos e Navegação contém um texto no qual se diz que o astrolábio foi determinante para a concretização das viagens marítimas ligadas à "epopeia dos descobrimentos"[20]. Em um dos anúncios do Banco Atlântico, por seu turno, lê-se: "Há 500 anos a determinação de alguns levou-nos a descobrir novos mundos. Agora chegou a sua vez de descobrir um novo milênio"[21]. E em outra propaganda da mesma empresa, a mensagem é: "Há 5 séculos o Atlântico foi o ponto de partida para a descoberta de novos mundos"[22]. Finalmente, o anúncio da empresa de tabacos Tabaqueira traz em letras garrafais a seguinte mensagem: "Mais um grande descobrimento dos portugueses: a paz" — na base do anúncio, imprimiu-se o logo do Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha 92[23].

16*Oceanos*, n. 16, 1993, p. 6; n. 17, 1994, p. 32; n. 27, 1996, p. 4; n. 29, 1997, p. 4; n. 30–31, 1997, p. 230; n. 32, 1997, p. 176.
17*Oceanos*, n. 30–31, 1997, p. 173; n. 34, 1998, p. 52.
18*Oceanos*, n. 12, 1992, p. 23.
19*Oceanos*, n. 3, 1990, p. 2 (2ª capa); n. 7, 1991, p. 2 (2ª capa); n. 9, 1992, p. 2 (2ª capa).
20*Oceanos*, n. 11, 1992, p. 34; n. 17, 1994, p. 116; n. 22, 1995, p. 96.
21*Oceanos*, n. 40, 1999, p. 63; n. 42, 2000, p. 21; p. 43, 2000, p. 77.
22*Oceanos*, n. 44, 2000, p. 1; n. 45, 2001, p. 75; n. 46, 2001, p. 113; n. 47–48, 2001, p. 93; n. 49, 2002, p. 95.
23*Oceanos*, n. 11, 1992, p. 9.

Figura 5



Figura 6



Figura 7

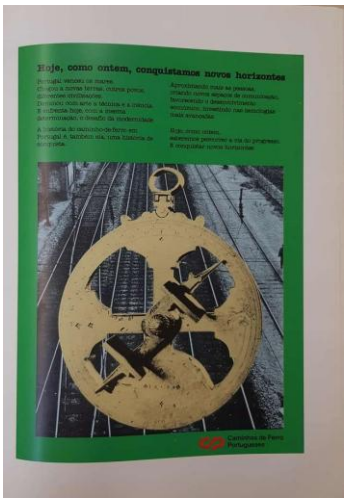


Figura 8



Figura 9



Figura 10

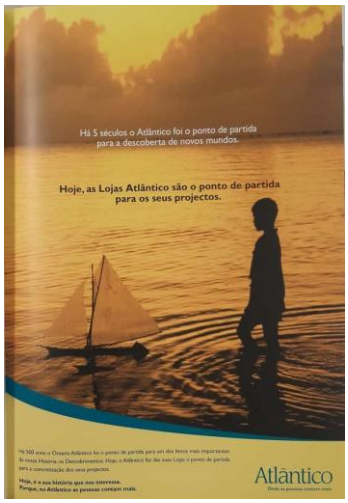


Figura 11

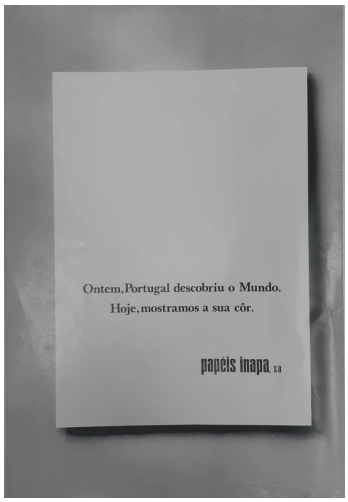


Figura 12



Figura 13

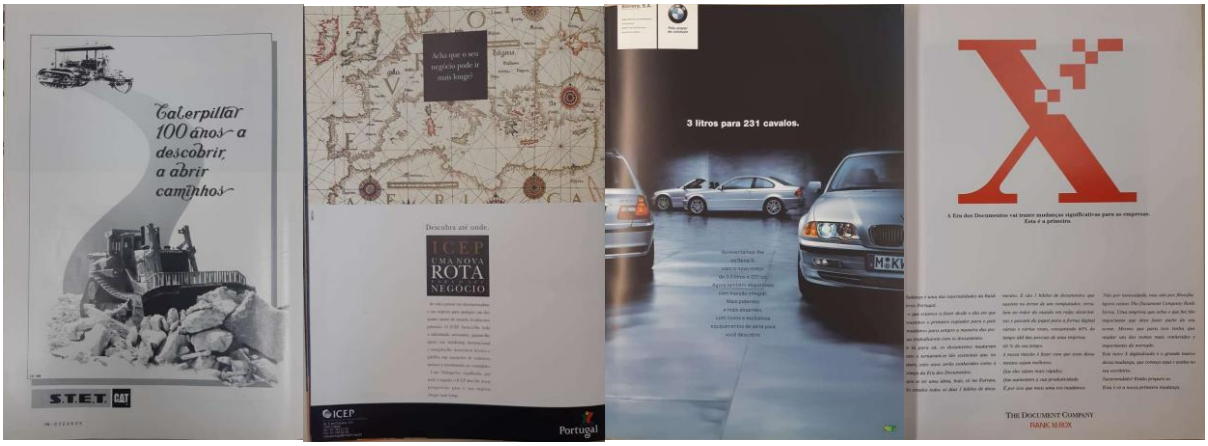


Figura 14



Ao lado destes, com suas mensagens explicitamente alusivas aos "descobrimentos", outros anúncios operam com alusões indiretas à empresa colonial (Figuras 15 a 18). Algumas destas valeram-se metonimicamente do verbo "descobrir". No anúncio do modelo Volvo 850, a Volvo anunciou "Descubra a diferença entre a carinha 850 e…"[24]. Valendo-se de estratagema análogo, a BMW instiga o leitor a "descobrir" os "novos e exclusivos equipamentos da série"[25]. Por sua vez, a empresa STET, que produz máquinas agrícolas, veiculou um anúncio no qual aparecem os dizeres: "100 anos a descobrir, a abrir caminhos"[26]. Na peça da ICEP, cujo lema é "Uma nova rota para o seu negócio", a resposta à pergunta "Acha que o seu negócio pode ir mais longe?", disposta sobre um mapa histórico da Europa, é "Descubra até onde"[27]. Já a Xerox valeu-se de uma metáfora em uma de suas aparições na revista: "A Era dos Documentos vai trazer mudanças significativas para as empresas"[28].

Figura 15 Figura 16 Figura 17 Figura 18



Quatro anúncios recorreram ao mote "Novo Mundo" e suas variações (Figuras 19 a 22). Em um anúncio de duas páginas, a Citroën deu destaque à mensagem "Admirável Mundo Novo"[29]. A antiga empresa Oni Solutions veiculou: "No admirável novo mundo dos negócios cada contato é vital"[30]. Já na peça publicitária da Siemens, pode-se ler: "A Siemens Nixdorf dá novos mundos ao seu mundo"[31]. Por fim, o Metropolitano de Lisboa veiculou a seguinte mensagem: "Há um mundo novo aos seus pés"[32].

24*Oceanos*, n. 18, 1994, pp. 42–3, n. 19–20, 1994, pp. 134–5.
25*Oceanos*, n. 45, 2001, p. 47.
26*Oceanos*, n. 3, 1990, p. 114.
27*Oceanos*, n. 32, 1997, p. 10; n. 40, 1999, p. 44.
28*Oceanos*, n. 22, 1995, p. 37.
29*Oceanos*, n. 21, 1995, pp. 126–7; n. 23, 1995, pp. 50–1, n. 24, 1995, pp. 68–9.
30*Oceanos*, n. 46, 2001, p. 1; n. 47–48, 2001, p. 113.
31*Oceanos*, n. 18, 1994, p. 23.
32*Oceanos*, n. 24, 1995, p. 67.

Figura 19



Figura 20



Figura 21



Figura 22



Outros anúncios apelaram a ideias associados ao império colonial (Figuras 23 a 33). Assim, a Caixa Geral de Depósitos veiculou um anúncio de duas páginas, na qual enaltece Vasco da Gama, Gil Eanes, Diogo Cão, Bartolomeu Dias e Pedro Álvares Cabral como aqueles que iniciaram uma era de "encontro de povos, culturas e civilizações"[33]. Na mesma direção, a ANA Aeroportos veiculou uma peça publicitária na qual, saudando o Brasil, faz a apologia do "encontro de culturas"[34]. Em um anúncio da EPAC, empresa do agronegócio: a peça fala de "um mundo que luta por harmonia" e de "uma terra que nos une"[35]. Esse mesmo mote foi usado pela Peugeot: "O mundo ficou mais harmonioso"[36]. Semelhante ideal aparece em um dos anúncios da Delta Café: sob o pretexto da comemoração do ano novo, afirma-se: "Nos três cantos da Terra, povos das mais diferentes civilizações estão em harmonia por um objetivo comum". Em outro anúncio, a mesma empresa fala do "sentimento que nos une à África desde sempre" e do "eterno sabor da África", além da "felicidade eterna" que vem do Brasil "exótico e tropical" e que "nos contamina"[37]. Na peça da Portugal Telecom, lemos: "Vamos mais longe para que o mundo fique mais perto"[38]. Finalmente, o Grupo BCP Atlântico veiculou diferentes anúncios em torno do mote "Origens", cada qual com imagens sugestivas, alusivas a uma das definições do termo: a pátria[39].

33*Oceanos*, n. 11, 1992, pp. 110–1.
34*Oceanos*, n. 42, 2000, p. 1.
35*Oceanos*, n. 16, 1993, p. 43.
36*Oceanos*, n. 34, 1998, pp. 23–3.
37*Oceanos*, n. 30–31, 1997, p. 36; n. 32, 1997, p. 86; n. 33, 1998, p. 92; n. 34, 1998, p. 181; n. 35, 1998, p. 89; n. 38, 1999, p. 54; n. 39, 1999, p. 53. A empresa veiculou ainda anúncios especificamente dedicados a um projeto social no Timor Leste (*Oceanos*, n. 42, 2000, a 47/48, 2001).
38*Oceanos*, n. 27, 1996, s/p (3ª capa); n. 29, 1997, p. 1.
39*Oceanos*, n. 40, 1999, p. 159; n. 41, 2000, p. 161; n. 42, 2000, p. 131; n. 43, 2000, p. 1; n. 44, 2000, p. 143.

Figura 23



Figura 24



Figura25



Figura 26



Figura 27

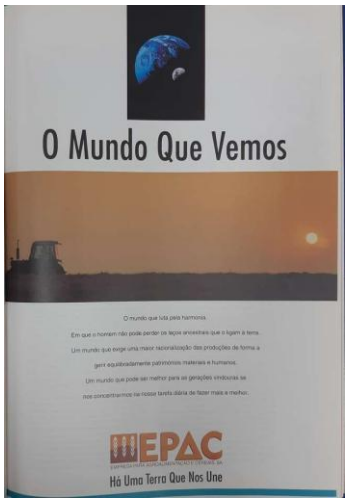


Figura 28



Figura 29

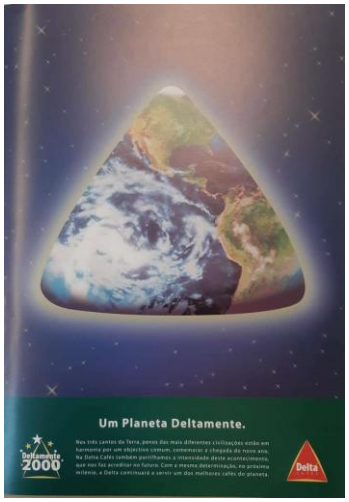


Figura 30

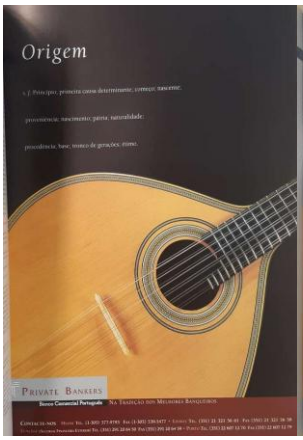


Figura 31

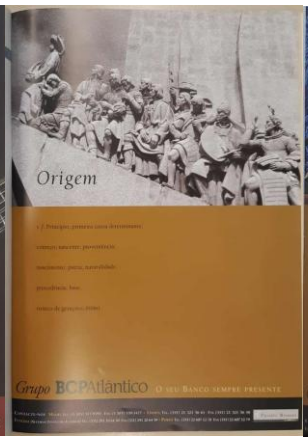


Figura 32

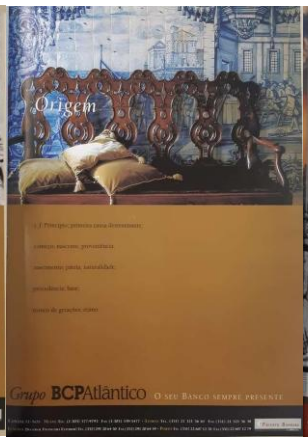
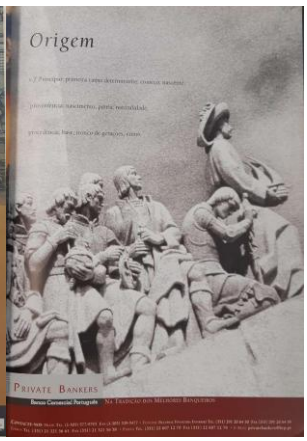


Figura 33



Algumas empresas recorreram à cultura letrada (Figuras 34 a 35). A Andersen Consulting veiculou em um de seus anúncios uma frase de Vieira: "Uma união de pedras é edifício. O edifício sem união é ruína"[40]. Já a Atlantis Cristal fez uma peça publicitária que teve como mote principal "Caminhos do Mar" e na qual se incluiu o soneto "O infante", de Fernando Pessoa:

> "Deus quere, o homem sonha, a obra nasce.
> Deus quis que a terra fosse toda uma,
> Que o mar unisse, já não separasse.
> Sagrou-te, e fosse desvendando a espuma.
>
> E a orla branca foi de ilha em continente.
> Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
> E viu-se a terra inteira, de repente,
> Surgir, redonda, do azul profundo.
>
> Quem te sagrou criou-te português.
> Do mar e nós em ti nos deu sinal.
> Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.
> Senhor, falta cumprir-se Portugal" (sic)[41].

Figura 34



Figura 35



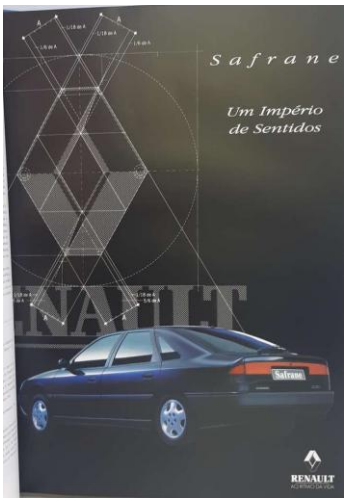
40*Oceanos*, n. 19/20, 1994, p. 15.
41*Oceanos*, n. 3, 1990, p. 131. No anúncio, "quer" foi grafado como "quere".

Menos sutis, duas empresas recorram a motes explicitamente associados ao poder imperial (Figuras 36 e 37). A Mercedes-Benz veiculou diversos anúncios na revista, mas apenas em um deles é que se lê (no canto inferior direito do anúncio): "a conquista que falta ao seu reino"[42]. E em um dos anúncios da Renault, que conta com variações, a mensagem principal é: "Um império de sentidos"[43].

Figura 36



Figura 37



Várias peças publicitárias fizeram alusões ao mar e/ou às viagens marítimas (Figuras 38 a 64). A Papéis Inapa veiculou uma peça publicitária com uma garrafa ao mar desenhada e o seguinte texto: "Orgulhamo-nos de levar, na qualidade de nosso papel, a mensagem de Portugal", seguido de "Por Mares Nunca Antes Navegados. Espanha, França, Inglaterra, Itália e Alemanha já descobriram os nossos papéis. Papéis que, pela sua qualidade, são um exemplo português de alta tecnologia"[44]. A garrafa no mar foi usada posteriormente em outro anúncio da empresa, no contexto da Expo 98, em Lisboa[45]. O mesmo mote de que a Inapa lançou mão apareceu também no anúncio do Banco Espírito Santo: "Por vantagens nunca dantes navegadas"[46], enquanto a empresa Jaeger-Le-Couitre, que fabrica relógios de luxo, veiculou em seu anúncio "A magia da viagem até o infinito"[47].

Valendo-se do mote "Corrente moderna" e uma imagem que mimetiza as velas de uma embarcação, o anúncio do Banco Português do Atlântico sustenta que o banco "representa a nova corrente do mundo financeiro"[48] Já o Banco de Fomento do Exterior veiculou um anúncio que contém uma poesia, cujos versos finais falam do "balanço de (a)mar"[49], e no anúncio da Montepio Geral, lemos: "depois do caminho das estrelas, agora o caminho do futuro"[50]. Por seu turno, a Galp veiculou um anúncio no qual a torre do posto de combustíveis é associado à Torre de Belém[51]. No anúncio da FIAT, o mote é "Nas asas do vento"[52]. Finalmente, a fabricante de carros Lancia veiculou um anúncio de duas páginas em que se lê "viagens únicas de prazer", acompanhada de uma imagem em que os carros figuram junto a um rio[53]

42*Oceanos*, n. 27, 1996, pp. 66–7.
43*Oceanos*, n. 18, 1994, p. 31; n. 19–20, 1994, p. 181; n. 21, 1995, p. 80; n. 22, 1995, p. 45. Há variações na imagem.
44*Oceanos*, n. 11, 1992, p. 33; n. 13, 1993, p. 119; n. 16, 1993, p. 12; n. 17, 1994, p. 40; n. 18, 1994, p. 120.
45*Oceanos*, n. 30–31, 1997, s/p (3ª capa); n. 32, 1997, p. 34; n. 33, 1998, p. 24; n. 34, 1998, p. 141; n. 35 1998, p. 121.
46*Oceanos*, n. 35, 1998, p. 1.
47*Oceanos*, n. 45, 2001, p. 4.
48*Oceanos*, n. 7, 1991, p. 6; n. 9, 1992, p. 87.
49*Oceanos*, n. 23, 1995, p. 21.
50*Oceanos*, n. 43, 2000, p. 65.
51*Oceanos*, n. 19–20, 1994, s/p (2ª capa); n, 21, 1995, s/p (2ª capa); n. 22, 1995, s/p (2ª capa); n. 23, 1995, s/p (2ª capa); n. 24, 1995, s/p (2ª capa); n. 27, 1996, s/p (2ª capa); n. 29, 1997, s/p (2ª capa).
52*Oceanos*, n. 34, 1998, s/p (3ª capa); n. 35, 1998, s/p (3ª capa); n. 38, 1999, s/p (3ª capa); n. 39, 1999, s/p (3ª capa); 40, 1999, s/p (3ª capa); n. 41, 2000, s/p (3ª capa).
53*Oceanos*, n. 30/31, 1997, pp. 216–7.

Uma tal presença ostensiva do mar no imaginário português, de que é emblemático o anúncio do grupo ETE — "O mar é a força do nosso grupo"[54] —, não poderia deixar de se fazer presente nas peças publicitárias dedicadas à Expo 98 em Lisboa[55]. O mote da viagem aparece ainda nos usos da bússola, da esfera militar, de embarcações, das estrelas e outras imagens em diversos anúncios[56].

Figura 38



Figura 39



Figura 40



Figura 41



Figura 42

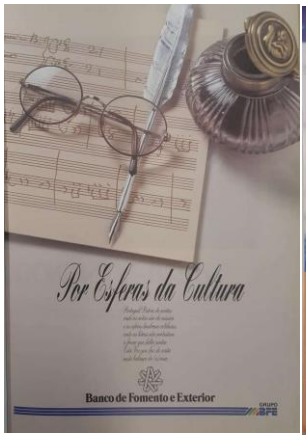


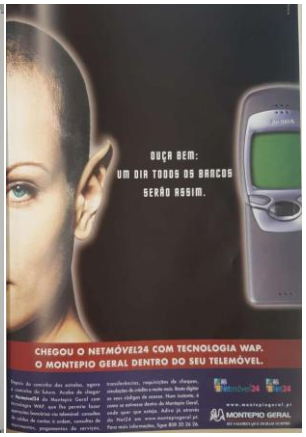
Figura 43



Figura 44



Figura 45



54*Oceanos*, n. 22, 1995, p. 80.
55*Oceanos*, n. 33, 1998, p. 37; n. 33, 1998, p. 149; n. 33, 1998, s/p (3ª capa); n. 34, 1998, p. 117.
56*Oceanos*, n. 7, 1991, p. 35; n. 9, 1992, p. 87; n. 13, 1993, pp. 18, 131; n. 16, 1993, p. 33; n. 17, 1994, p. 57; n. 18, 1994, pp. 15, 120; n. 21, 1995, p. 17; n. 23, 1995, p. 82; n. 29, 1997, pp. 6–7; n. 32, 1997, pp. 6–7; n. 33, 1998, p. 1; n. 35, 1998, pp. 3, 61; n. 39, 1999, p. 69; n. 44, 2000, p. 59; n. 45, 2001, p. 61; n. 46, 2001, pp. 82–3, 97; n. 47/48, 2001, pp. 2, 159–61.

Figura 46



Figura 47

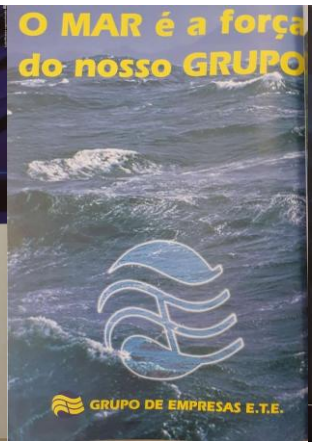


Figura 48

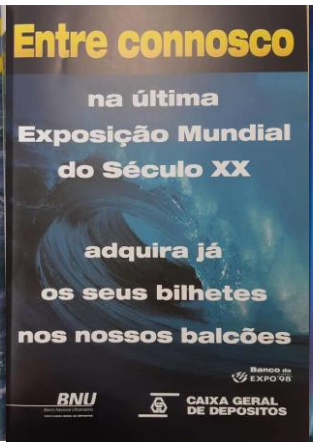


Figura 49

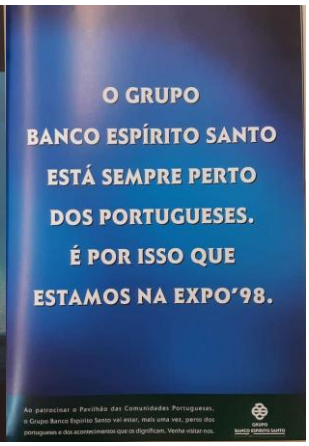


Figura 50



Figura 51



Figura 52



Figura 53



Figura 54



Figura 55

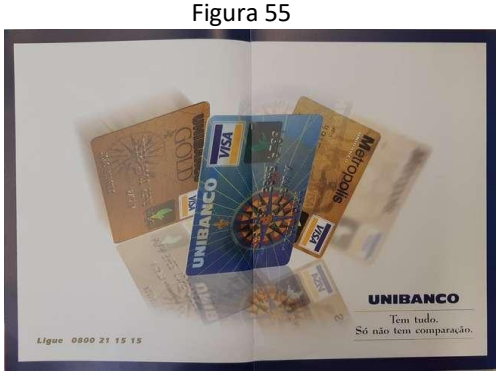


Figura 56



Figura 57



Figura 58 Figura 59 Figura 60 Figura 61



Figura 62 Figura 63 Figura 64



3. "Nós, os Portugueses": Ecos Historiográficos de uma Memória Eufórica

Em balanços críticos da historiografia portuguesa dedicada ao império colonial realizados no período em que a revista circulou, falava-se de uma lacuna historiográfica a ser preenchida (Alexandre, 1993, p. 18). Um dos historiadores que procurou preenchê-la foi Diogo Ramada Curto. Debruçando-se sobre "como foi pensada e registrada por escrito a expansão dos portugueses", e propondo-se a "ultrapassar uma visão eufemizada e excepcional do império português", Curto constata que desde a Independência de Goa e da eclosão das Guerras de Libertação na África as historiografias do império português "se polarizaram em torno das questões da violência e do racismo", cujos pontos de vista ideológicos antagônicos exemplificariam bem os usos políticos da história (Curto, 2009, pp. 8–10)[57].

Antes, porém, de adentrar no terreno da polarização, cabe dar um passo atrás, pois a história desta "visão eufemizada e excepcional do império português" é de longa duração. Sua gênese recua até o século XVI, com Fernão (ou Fernando) de Oliveira, que, ao escrever a primeira *História de Portugal*, ao lado do *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal,* elaborou o que José Eduardo Franco considera ser o "mito de Portugal", a saber, a "grande construção ideográfica" na qual se flagra uma "funcionalização da história ao serviço da intervenção política e da correlativa produção ideológica de teor nacionalizante que é inerente a esta forma peculiar de instrumentalização da escrita do passado". Tendo lugar na conjuntura das lutas pela sucessão dinástica em 1580, Franco observa nesses dois escritos de Oliveira uma

57Em 2002, como editor da coletânea *Opera Minora*, dedicada a Boxer, Curto escreveu uma introdução para a qual dera o título "O atraso historiográfico português" (Curto, 2002, pp. XIII-LXXXVII).

operação pela qual os descobrimentos e a expansão (acompanhadas de conteúdo missionário) convertem-se em "chave hermenêutica da releitura da história pátria" na medida em que ambos "desenvolverão na consciência nacional portuguesa a convicção orgulhosa de que Portugal estava a desempenhar uma inigualável obra ao serviço do progresso material e gnoseológico da humanidade, bem como ao serviço da universalização do Cristianismo". Firma-se aqui o nascimento de uma "memória eufórica da história nacional", uma "consciência gloriosa" de uma aventura que assume "dimensão sagrada", e que imprime não apenas a historiogênese do reino, mas igualmente sua evolução (Franco, 2000, pp. 15–6, 217–9)[58].

Ecoando na longa duração, semelhante fabricação de uma memória eufórica, da qual a historiografia toma parte, se diferenciará sob conjunturas diversas. Um dos momentos que lhe foi mais favorável é a conjuntura aberta em 1808 e nos anos seguintes até o início da década de 1820, quando a desagregação do império centrado no Brasil fez multiplicar as referências à "decadência", marcando fortemente toda a história posterior do reino — no que se inclui sua historiografia —, favorecendo a fixação de uma "afirmação nacionalista" (Alexandre, 1993, pp. 16–7, 411s)[59].

Na historiografia portuguesa contemporânea, uma das principais vozes no reforço dessa memória eufórica é Jaime Cortesão (1884–1960). É significativo que em ao menos oito edições de *Oceanos* figurem anúncios de sua obra completa, específicos (ou seja, distintos um do outro), patrocinados pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, dignidade que nenhum outro historiador teve nas páginas da revista (Figuras 65 a 70)[60].

Figura 65



Figura 66



Figura 67



58Franco escolheu como uma das epígrafes do livro o mesmo poema de Fernando Pessoa evocado em um anúncio de *Oceanos* e citado acima.

59Sobre o lugar da década de 1820 em Portugal, ver ainda Maxwell, 2006, p. 18.

60*Oceanos*, n. 7, 1991, 126; n. 17, 1994, p. 73; n. 22, 1995, p. 120; n. 24, 1995, p. 6; n. 29, 1997, p. 36; n. 38 1999, p. 4; n. 41, 2000, p. 4; n. 42, 2000, p. 4.

Figura 68



Figura 69



Figura 70



Cortesão encara Portugal como uma "nação marítima", à qual corresponde um "Estado marítimo": "Com o advento das navegações portuguesas o homem vai pela primeira vez conhecer os lineamentos gerais e a grandeza do planeta que habita, e concebe das suas possibilidades sobre a terra uma ideia exaltadora em alto grau das suas energias". Nestes termos, o Infante Navegador "é uma das maiores figuras da Humanidade", que "encarnou e realizou as aspirações da Nação", e a empresa dos descobrimentos lusitanos, "uma das mais fecundas em resultados de todos os tempos". É na empresa expansionista que Cortesão localiza o "tipo ideal do português", ou seja, aquele que se aventurou no ultramar, sendo especificamente o português no Brasil da primeira metade do século XVIII o "mais rijo, mais válido, mais independente", aquele no qual se encontram "as mais lídimas afirmações do nacionalismo, da bravura e do esforço tradicional dos portugueses", que aceitaram corajosamente a "nobre missão que o destino lhes cometera", "inspirados nos mais puros sentimentos de solidariedade humana". A este tipo ideal Cortesão contrapõe o indígena, "população selvática, na infância de raras indústrias", povos de "ferocidade bestial", "bárbaros" presos à "primitividade", "inumanas tribos dos antropófagos" e "incapazes de submeter-se à disciplina dum trabalho contínuo" (Cortesão, 1993, pp. 13–4, 29, 304–5, 396–7).

Raposo Tavares encarna como poucos esse tipo ideal aos olhos de Cortesão. Alentejo que é, "cioso de sua dignidade de homem", o bandeirante teria sido "um dos mais altos e lídimos representantes do português do século XVII — bravo, cavaleiroso, plasmador e plástico, capaz de relances de grande visão política, e católico dum catolicismo *sui generis*, sempre identificado com a consciência da grei". Se contra ele e os demais bandeirantes pesaram acusações — escravagistas, cruéis, hereges —, estas, além de hipócritas — uma vez que poderiam ser dirigidas a qualquer um no período e em "todos os tempos" —, não merecem crédito na medida em que foram "acreditadas pelos jesuítas, na fé do que diziam os índios, incapazes de discernir entre o real e o imaginado", não sendo capazes de desfazer a imagem da "inaudita capacidade de energia, de perseverança", bem como de "generosidade, isenção e sacrifício" dos bandeirantes (Cortesão, 2012, pp. 87–8, 405–9). Tendo defendido o "espírito de grei" melhor que D. João IV, fiel à "tradição da aventura descobridora", "chefe de bandeira, descobridor dum continente, com fins de Estado e em nome duma nação que criou a palavra Descobrimento e lhe deu categoria nobre", Cortesão é assertivo quanto a Raposo Tavares: "não tem quem o supere". Ele "pertence à história universal como defensor […] duma ética de compreensão dos valores próprios de cada cultura e, por consequência, duma das formas de liberdade — a de ser homem, na afirmação dos valores próprios e herdados". Enfim, trata-se de um "gigante", de um "herói" (Cortesão, 1975, p. 14).

A relação entre portugueses e indígenas é sublimada na figura das "núpcias das duas raças" que teria tido lugar no nascimento das bandeiras, de "entendimento" entre duas raças que "acertavam o passo", fusão por "mútua aceitação" de "instinto, impulso e cultura aborígene de nômades, dirigidos e revigorados pela consciência, a técnica, a disciplina e o sentido político do português", de "cultura sábia" — da qual *Os Lusíadas* são a expressão

maior — e de "força irresistível dos instintos", "fusão harmônica de raça e sob certos aspectos, de cultura". Nesse sentido, ainda em torno dos "erros e crimes" ocorridos na América, se não o quer negar, em contrapartida Cortesão afirma que, no comportamento do português, "há sempre que entrar em linha de conta não apenas com o ardor da libido, mas com esta excelência na compreensão e no amor, na fraternidade humana, neste 'meta a mão no peito', em que sobreleva aos outros povos colonizadores" (Cortesão, 2012, p. 52; Cortesão, 1975, pp. 133, 142, 162).

Na abordagem de Jaime Cortesão, há uma tríade que forma a imagem do português. Em primeiro lugar, a liberdade — no "tipo ideal português" que se manifesta no processo de expansão territorial na América portuguesa com as bandeiras, mostra-se a "vitoriosa explosão dos instintos de vida livre" e se oferece o "sentido da geomítica" do Brasil, qual seja, "do determinismo puro à liberdade" (Cortesão, 1975, pp. 20, 179)[61].

Em segundo lugar, a tradição — aquela que se funda nos primeiros navegadores, no início da expansão:

> "Nenhum português ignora que o maior título de glória nacional são os descobrimentos geográficos, feitos sob a direção do Estado português ou por pilotos portugueses, ao serviço de outras nações, série de fatos que, no seu conjunto, constitui o maior feito e o de mais profundas e perduráveis consequências na história da Humanidade." (Cortesão, 1940, p. 72)

Se os portugueses possuem alguma grande tradição, Cortesão assevera crer que são as navegações e seus saberes, nos quais residem "os motivos essenciais da grandeza nacional naquela época", com a ressalva de que se distinga duas tradições: a da forma (ou do aparato exterior) e a da essência, que é a "livre sequência do esforço criador", ou "o espírito de disciplina e organização, a ânsia descobridora, o ato de criação heroica e esse alto espírito cosmopolita", fazendo daquela época "fecunda e gloriosa". Dirigindo-se aos jovens, Cortesão afirma, em alusão às "normas dos grandes descobrimentos portugueses": "Aí tens a tua gloriosa e nobre tradição" (Cortesão, 1940, pp. 81–3).

Em terceiro e último lugar, o mar — para o célebre historiador português, teria sido "talvez, mais que tudo, o contato com o mar" o fator que moldou o português:

> "O mar deu ao português personalidade e independência. Pelo mar respirou. O mar lhe abriu caminhos. O mar foi o teatro principal das suas ações e a maior das suas fontes de compreensão, universalismo e amor. Se, em verdade, tivéssemos de admitir a formação, à maneira bíblica, dum Adão luso, em sua essência humana, política e histórica, seríamos levados a imaginar o capítulo respectivo do Gêneses, por esta forma redigido: 'E Deus formou o português, não da argila terrena, mas das ondas do Mar; insuflou-lhe no peito o vento do largo: e assim foi feito alma vivente'." (Cortesão, 1975, p. 156)

A propósito de "essência", saltam aos olhos na prosa deste historiador as operações de essencialização do sujeito: "a" civilização cristã, "a" cristandade, "o" português, "a" nação são alguns dos sujeitos épicos de sua ideografia historiográfica. Por essa razão, Vitorino Magalhães Godinho escreveu: "Identidade? Jaime Cortesão não se cansou de retratar o caráter do *português*" (Godinho, 2004, p. XIII). Nessa operação essencializadora, forja-se um sujeito idêntico a si mesmo na longa duração, que se estende até o presente: "*Nós, os portugueses*, fomos não só os verdadeiros criadores da arte de navegar, como imprimimos definitivamente o caráter experimental à ciência geográfica" (Cortesão, 1940, p. 81, o destaque é meu).

Não são poucas nem casuais as afinidades eletivas entre Cortesão e Gilberto Freyre: para o primeiro, "a libido portuguesa desabrochou em cordialidade humana, tolerância étnica" (Cortesão, 1975, pp. 157–8). Semelhante afinidade foi notada por Diogo Ramada Curto quando, buscando as razões pelas quais Boxer teria evitado Cortesão, observa no prólogo de *The Portuguese Seaborne Empire* (1969) uma crítica do primeiro às "teses relativas aos hábitos de convivialidade dos portugueses com outros povos", reiterando o ataque de Boxer ao

61No ensaio "Queres ser um homem livre?", Cortesão argumenta que "a perfeição duma sociedade pode avaliar-se apenas pelo seu conceito de liberdade", que se conquista apenas com "trabalho" e "disciplina" (Cortesão, 1940, p. 21–8).

lusotropicalismo dos anos 1960 (Curto, 2002, p. XXII), quando o presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, Carlos Abescais, escrevia que entre Portugal e suas colônias havia uma "comunidade de síntese poliétnica e policultural" marcada pelo "pacífico e harmonioso convívio" e pela "cordialidade humana" (Abescais, 1965, pp. 8, 10–1, 21)[62]. Tal é a matriz da semântica histórica no âmbito da CNCDP, que a atualiza, dando-lhe nova roupagem.

Em *Portugal e os descobrimentos* (1992), um dos catálogos da CNCDP, o comissário-geral Vasco Graça Moura afirma, no texto de apresentação, que as navegações representam a "contribuição mais decisiva" de Portugal "para o progresso da Humanidade", e que o "encontro de povos, civilizações e culturas" em escala planetária representaria "a dimensão perene do descobrimento". A despeito da ressalva por ele feita de que, em face das "grandezas e misérias" envolvidas no dito "encontro", deve-se rejeitar tanto "triunfalismos desajustados" como "masoquismos de negação ou acusação relativamente ao passado", na publicação as misérias saem de cena, deixando o palco livre para as grandezas (CNCDP, 1992, p. 15). Na chave do "encontro de civilizações", a Introdução (não assinada, ainda que haja a indicação de José Manuel Garcia como autor do catálogo) fala de "grandeza", mas também de "grande diversidade das realizações", de "pioneirismo da gesta portuguesa", de "grande capacidade de inovação e adaptação", de "progressos" e de "herança universalista" (CNCDP, 1992, pp. 19–21).

Na seção "O mundo dos novos mundos", inicia-se falando de "relacionamento entre os homens", de "criação de uma economia mundial", de "encontro dos portugueses com as diversas culturas do globo", de "diálogo civilizacional" e de "unificação da humanidade" (CNCDP, 1992, pp. 75–7), enquanto a narrativa, subdividida em três itens (África e ilhas atlânticas, Ásia e Oceania, Américas) desenvolvidos em mais de cem páginas (entre texto e imagens), tem forma épica: é centrada nas viagens entre os séculos XV e XVII, em especial nos feitos dos capitães. Afora as contendas bélicas típicas desta forma, as misérias aparecem: nas menções à escravidão — mas não aos processos de escravização — na seção dedicada à África e às ilhas atlânticas (CNCDP, 1992, pp. 91, 93–4, 97, 112–3, 121); e, na seção dedicada à América, na afirmação de que os escravos africanos teriam sido "atraídos" para o continente ao lado de colonos e comerciantes, enquanto os índios teriam sido "protegidos" pelos jesuítas (CNCDP, 1992, p. 207).

Nos termos de outro documento oficial da comissão, intitulado *Portugal na abertura do mundo* (1997), escrito por José Manuel Garcia e Luís Filipe Barreto, se as comemorações "nascem e destinam-se, maioritariamente, a uma representação memorial e a um imaginário coletivo", já "o princípio que possibilita e legitima a existência do comemorar assenta na ideia de regulação das comemorações dos Descobrimentos portugueses por um lugar que, sendo embora de temporalidade memorial, procura uma osmose criativa e didática com a temporalidade crítica do historiar", de modo a que "o conteúdo da presença portuguesa no mundo tenha uma força objetiva e de verdade crítica e não uma qualquer fraqueza de falsidade ideológica ou de erro cultural". As exposições são o dispositivo por excelência dessa prática reguladora da memória social, que tem no historiador seu tutor, na medida em que oferecem "uma tradução acessível e apetecível dos resultados alcançados pela especializada e reduzida comunidade de conhecimento", constituindo um "filtro didático criador do lugar fundamental em que o presentismo comemorativo pode e deve ser divulgação regulada por ideais de conhecimento verdadeiro" (CNCDP, 1997, pp. 5–6)[63].

José Manuel Garcia é ainda o autor de *Breve história dos descobrimentos e expansão de Portugal* (1999). Neste livro, é notável a multiplicidade de eufemismos usados para designar a relação entre portugueses e não

62O conceito de lusotropicalismo remete à obra do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, em especial a escritos dos anos 1950 e 1960, e "postula a especial capacidade de adaptação dos portugueses aos trópicos, não por interesse político ou econômico, mas por empatia inata e criadora" (Castelo, 2022). Dentre estes escritos, destaca-se o livro *O mundo que o português criou* (1951). Sobre o assunto, sobre o qual há vasta bibliografia, ver Castelo, 1999 (de quem tratarei a seguir) e Schneider & Cazetta, 2025.

63As exposições ocupam lugar central no âmbito da CNCDP: um anúncio da RTP veiculado em *Oceanos* trata da Expo 98 como um "evento tão importante para a imagem de Portugal" (*Oceanos*, n. 34, 1998, p. 37).

portugueses — notadamente, indígenas e africanos — nas partes do império: "relacionamento", "encontro", "contatos", "intercâmbio", "circulação", "ligação", "permutas culturais", "troca de experiências" (Garcia, 1999, pp. 7–11, 179s). Não que esses termos não possam, lastreadas em fontes, designar dimensões reais do passado: ocorre que, na prosa historiográfica de Garcia, trata-se disso, apenas disso e nada mais do que isso. Garcia é alegadamente defensor de "interpretações históricas isentas de preconceitos" e contra o que considera serem "atitudes negativistas". Assim, não se fala de assimetrias, as violências do processo histórico são sumariamente apagadas e, por conseguinte, a escravidão aparece como uma instituição livre de violência: a partir de meados do século XVI, a produção açucareira passou a constituir a base do "desenvolvimento" do Brasil, "atraindo" escravos africanos, os quais "foram considerados necessários" em vista das "dificuldades" na escravização de indígenas brasileiros, consolidado a "importação" de mão de obra escrava do continente africano (Garcia, 1999, pp. 11, 128–9).

Alguns anos antes, em *Ao encontro dos Descobrimentos. Temas de História da Expansão* (1994), falando do pavilhão português na Expo 92, em Sevilha, e do "papel de Portugal na História Universal através dos Descobrimentos", ou simplesmente da "correta perspectiva" dos "Descobrimentos", o mesmo historiador caracteriza um tal conhecimento como "uma aventura que, em parte, motiva uma presença nobre de Portugal" e possibilita que os visitantes "se maravilhem e instruam" (Garcia, 1994, p. 54).

Particularmente interessante é a posição assumida pelo historiador brasileiro José Jobson de Andrade Arruda em *O trágico 5º centenário do descobrimento do Brasil* (1999). Neste livreto, Arruda voltou-se contra as comemorações dos descobrimentos que na ocasião tinham lugar no Brasil. Para tanto, ele lançou mão das *Diretrizes e Regulamento* (1997) da comissão brasileira, em cujo texto ele observa uma "vocação autoritária", "baixa densidade intelectual", por ele tida como "constrangedora", marcada pelo "aplainamento das diferenças" e por uma "exaltação da unidade do diverso" que "recalca profundas diferenças de classes, de flagrantes exclusões sociais, de inaceitáveis privilégios via mecanismos de Estado perdulário, buscando o inexistente consenso, a transformação de distanciamentos sociais incontornáveis em meros contrastes, questão de tonalidade, facilmente superável pela convivência cordial" (Arruda, 1999, pp. 34–6).

Vendo no documento brasileiro a sombra de Gilberto Freyre, Arruda escreve:

> "[…] o programa da Comissão Nacional enseja um conjunto coerente de expressões-chave que refletem, necessariamente, uma determinada linhagem historiográfica, uma modelagem ideológica, uma visão do Brasil e de sua trajetória histórica, a saber: *descobrimento, herança lusitana, pluralidade étnica, caldeamento étnico, agregação social, diversidade cultural, civilização tropical, convivência pacífica.*" (Arruda, 1999, p. 38)

Jogando luz sobre a suposta distância entre as comemorações em curso em Portugal e aquelas praticadas no Brasil (e em Portugal no passado, sob o regime salazarista), e apoiando-se nas intenções manifestas no *Programa Estratégico* (1996) da CNCDP, para a qual os Descobrimentos devem ser entendidos como "confronto intercultural" e "complexo jogo de imagens e de reverberações provocado pela interação de várias culturas", Arruda fala em "inflexão", em "consciência crítica", em "nova postura", em "responsabilidade" — pela qual os portugueses tornam-se "os paternais criadores de nações modernas" —, enfim, em esforço de se empreender uma "comemoração correta" (Arruda, 1999, pp. 18–20, 30). Esta convergiria com a "ressemantização do léxico comemoracionista" então em curso:

> "Saem de moda as palavras consagradas pelas comemorações salazaristas. Adentram o cenário um novo conjunto de expressões: *cultura, pluralidade cultural, confronto intercultural, interação de culturas, encontro do outro, imagens, olhares, sensibilidade, descobertas recíprocas, policentrismo histórico*, consagrados pelo novo rito da comemoração." (Arruda, 1999, p. 20)

Arruda reconhece que este inventário devia muito ao comissário-geral da CNCDP, António Manuel Hespanha, defensor do "pluralismo" da escrita da história, para quem "a autoestima de um povo, o orgulho do seu passado,

exigem o reconhecimento das próprias falhas e a capacidade de resistir às críticas, única forma de elidir o narcisismo enganador, que afasta o conhecimento de si mesmo e de seu passado" (Arruda, 1999, p. 20).

Consoante a semelhante "pluralismo" da CNCDP e de seu comissário-geral, Arruda observa, acerca das "fortes restrições" sofridas pela Comissão em um congresso realizado em Nova Deli em 1998, quando uma "catilinária" ou um "festim de queixas" apareceram em torno das "relações desiguais e injustas" entre portugueses e não portugueses na região, que a um dos queixosos, Sanjai Subrehmanyam, foi "dado" espaço pelas lideranças portuguesas responsáveis pelo programa das comemorações, especialmente por seu comissário-geral. Para o historiador brasileiro, essa dádiva seria uma "prova de abertura" a estes que sempre foram os outros, a despeito mesmo de a "catilinária" corresponder a "manifestações de fundo ultranacionalista", a um "sentimento extremamente exacerbado", e de equivaler a um "verdadeiro tribunal anticomemoracionismo". Ainda segundo Arruda, teria sido uma "tarefa difícil" dar semelhante "abertura", pois "não foram poucos os constrangimentos provocados pelas revisões críticas, que se traduziram em ataques acérrimos às lideranças da Comissão", pelo que "setores mais conservadores da sociedade" portuguesa consideravam "excessiva liberalidade e, até mesmo, falta de patriotismo" (Arruda, 1999, pp. 22–3).

Aos olhos deste historiador, o "afastamento da visão lusocêntrica e eurocêntrica" das comemorações portuguesas reforçariam o "diálogo" e o caráter de Portugal como "parceiro", em sintonia com os novos tempos de "Globalização", cuja gênese residiria na era dos descobrimentos, o que, enfim, "explica a escolha dos *Oceanos* como símbolo maior das comemorações" (Arruda, 1999, p. 29).

Até que ponto, porém, a semântica histórica no âmbito da CNCDP discrepa daquela que se observava concomitantemente no Brasil, e da que tivera lugar sob o salazarismo, como quer o historiador brasileiro? Afora "descobrimento" ocupar o centro das comemorações nos dois países — quando para Arruda o termo supostamente teria ficado para trás em Portugal —, no *Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa* fala-se tanto de "encontro de povos e culturas" como de "convivência econômica, social e cultural" e "união cultural" (Decreto Legislativo nº 87/92), indicando o caráter fluido e permutável entre os léxicos destacados por Arruda em um grupo e no outro.

Sobretudo, ainda que certas palavras e expressões possam ter predominado nesse ou naquele documento, seja em Portugal, seja no Brasil — deveria ser desnecessário dizer que pinçar palavras de um só documento não é um bom método quando se almeja ter uma visão de conjunto —, cabe perguntar: são de fato distintos *os sentidos que os termos* de um grupo e de outro *assumem na conjuntura* das comemorações oficiais? Quando se examina atentamente a semântica histórica no âmbito das comemorações nos dois lados do Atlântico, levando-se a sério os modos como todos esses termos eram efetivamente usados — onde, quando e como eram empregados, os discursos que os acompanhavam e as compreensões que ensejavam —, o acento recai sobre eventuais discrepâncias entre um grupo e outro, ou sobre as convergências, sem as quais sequer seria possível ter havido um protocolo comum?

Onde Arruda quis ver dois grupos lexicais e semânticos marcadamente distintos, as fontes e referências bibliográficas aqui consideradas mostram haver, mais do que intercâmbio, uma comunhão de fundo: não ruptura, mas passagem. Assim, na contramão de Arruda, Diogo Ramada Curto vê, nas efemérides do império colonial e, em particular, nas comemorações dos descobrimentos, não um rompimento com o legado lusotropicalista do Estado Novo, mas um "neolusotropicalismo".

"É, em parte, contra essa visão eufemizada — espécie de perspectiva neolusotropicalista tantas vezes difundida e revestindo o caráter de modelo de pacotilha — que se insurgem os estudos apresentados neste livro. Não é por acaso que tal visão se acomodou bem aos novos tempos de celebração do império, quando o nacionalismo que tomou os Descobrimentos como um período áureo serviu de panaceia saudosista a uma obsessão identitária, requerendo simultaneamente um ajuste às novas modas conceituais (da mestiçagem às conexões globalizantes promovidas pelos portugueses espalhados pelo mundo). É que só através de uma visão eufemizada

do império português será possível continuar a festejá-lo, relegando para um canto as inúmeras formas de violência, exploração, intolerância e racismo que sempre o caracterizaram. […] As possibilidades abertas à investigação por um ciclo de comemorações dos Descobrimentos, que teve lugar desde meados da década de 80, permitiram aos herdeiros dessa mesma linhagem [católicos conservadores alinhados com uma direita saudosista e tradicional] fortalecer e mesmo alargar as suas posições institucionais. Por isso mesmo, o já referido neolusotropicalismo, capaz de apresentar uma versão excepcional do império português, também se instalou nos centros mais institucionalizados de pesquisa, chegando mesmo a ganhar reputação internacional" (Curto, 2009, pp. 9–11).

Curto é uma das vozes na historiografia portuguesa que buscam quebrar o eco da memória apologética do passado colonial da época moderna. De fato, no momento em que escrevia, ele não parecia otimista em relação aos desdobramentos, em seu tempo presente, do embate de outrora entre abordagens que jogam luz sobre o racismo e a violência — ponto de vista que é o seu — e aquelas que enfatizam os "mecanismos integradores" do império colonial em prol de uma "visão comemorativa da história, pejada de anacronismos, porque preocupada em servir a um regime político ansioso de encontrar na história uma *base ideológica excepcional* para a sua política colonial". É significativo o fato de, ainda em 2009, ele ter sentido a necessidade de afirmar sua "simpatia" em relação aos historiadores que, "sendo capazes de pôr o passado em perspectiva, sempre revelaram particular interesse em explicar os mecanismos da opressão, do racismo e da violência" (Curto, 2009, pp. 10–1, o destaque é meu) — caso de Vitorino Magalhães Godinho, que em "Portugal e os Descobrimentos" (1998) associa as comemorações a "mito" e "miragem romântica" (Godinho, 1998, p. 23).

Desse rol faz parte Cláudia Castelo, que rastreou a recepção e as apropriações de Gilberto Freyre em Portugal, recobrindo o período entre 1933 a 1961. Castelo vê o "modo português de estar no mundo" — frase de Adriano Moreira, que apareceu nos anos 1950 —, maneira valorada positivamente e associada a termos como "tolerante", "plástica", "humana", "fraterna" e "cristã", como remetendo a uma "representação do *eu* português tributária da doutrina de Gilberto Freyre, mas que, de certa forma, *ainda perdura no atual discurso político e cultural*". Segundo Castelo, essa "imagem essencialista" do povo português compreende um discurso que "acentua a 'imunidade' dos portugueses ao racismo, a sua predisposição para o convívio com outros povos e culturas e a sua 'vocação universalista'", e no qual "a identidade nacional justifica a defesa da maior aproximação aos povos lusófonos, em nome da língua e da história comuns e de uma suposta sintonia cultural e afetiva" (Castelo, 1999, pp. 13–4, o último destaque é meu).

Um ponto a se destacar é que esse discurso apresenta-se "por vezes *transversal aos diversos posicionamentos políticos e ideológicos*"[64], deitando raízes na cultura portuguesa: "a influência do luso-tropicalismo ter-se-á alargado, progressivamente, do campo cultural para o campo político, e deste para o das mentalidades", adquirindo com isso uma "credibilidade excessiva", conformando uma "hiperidentidade" que, por fim, assevera Castelo, "*continua a caracterizar os portugueses*" — vale observar que ela faz esse diagnóstico em 1999 (Castelo, 1999, pp. 14–5, 140, o destaque é meu).

Duas décadas antes, pouco depois da Revolução dos Cravos, Abdias do Nascimento argumentava, acerca do lusotropicalismo, que este cumpria a função de afirmar o logro dos portugueses do passado em criar não só uma "avançada civilização", mas um "paraíso racial", tendo prestado "efetivos serviços" ao colonialismo português mediante uma "entusiástica glorificação" (Nascimento, 1978, p. 42). É oportuno reter que a crítica de Nascimento se deu na conjuntura "revolucionária", quando uma convergência entre salazarismo e oposição foi tática diante do inimigo comum representado pela esquerda comunista e pelas alternativas terceiro-mundistas

64Para corroborar esta afirmação, ela cita uma fala do então presidente Mário Soares em 1987: "Essa teoria foi mal aproveitada no tempo do antigo regime, mas, justamente, eu quis demonstrar que a obra de Gilberto Freyre era admirada em Portugal, não só por aqueles que eram partidários do colonialismo, como pelo Portugal livre, democrático e moderno que eu represento" (Soares apud Castelo, 1999, p. 14).

(Bethencourt & Chaudhuri, 2000, pp. 414s), mas também em defesa de um ideal empresarial comum no quadro da nova "concorrência mundial"[65].

4. "Pôr no Esquecimento a Exploração Colonial", "Transmitir Modernidade": Passado, Presente e Futuro nas Comemorações dos Descobrimentos

Francisco Bethencourt lembra que se a memória coletiva fixa-se "em função de determinadas conjunturas políticas e sociais, que selecionam pontos focais do passado em função das necessidades de explicação e orientação do presente", em contrapartida "existem tópicos duradouros, nomeadamente os mitos de fundação da comunidade coletiva, a época da construção nacional, a idade de ouro da expansão, que sofrem constantes adaptações e atualizações sem que a configuração de base se altere", de modo que o passado "pode ser objeto de uma *bricolage simbólica intencional por parte de interesses públicos e privados*" (Bethencourt, 2000, pp. 442–3, o destaque é meu).

Oceanos é um desses casos em que público e privado se sobrepõem e se confundem. Em face dessa mistura, recobrem-se de ironia as assertivas de José Jobson de Andrade Arruda sobre o cuidado previsto nas comemorações portuguesas quanto aos "produtos fáceis, de rápida divulgação e consumo", e que ele entende opor-se às diretrizes brasileiras, nas quais "[se reforça] a intervenção da *media*, do mercado de bens simbólicos" e em que "produtos comuns e desgastados da indústria cultural são requentados" (Arruda, 1999, pp. 18, 47). Fato é que a indústria cultural marcou presença nas comemorações em Portugal não menos do que no Brasil — possivelmente até mais —, saturando a sociedade portuguesa de um passado idílico[66].

Na passagem do milênio, as estratégias de divulgação da CNCDP estendiam-se em várias direções e meios, com um grande e diversificado número de iniciativas e atividades, como exposições, atividades escolares, atividades acadêmicas, iniciativas de audiovisual e de informática, espetáculos (teatro, música, dança, animação), atividades desportivas, concursos, envolvendo ações em regiões autônomas de Portugal, ações com países de língua portuguesa e participações especiais no estrangeiro[67]. A tais iniciativas, pode-se acrescentar a confecção de moedas e selos comemorativos para fins de comercialização, produtos revestidos de glamour, os quais foram amplamente divulgados nas páginas de *Oceanos* (Figuras 71 a 84)[68].

65Como observou Fernando Catroga em 1996 sobre a "posição privilegiada" que os portugueses poderiam ocupar no diálogo entre Europa e regiões de antiga colonização portuguesa: "Faz assim sentido lutar pelo prolongamento da nossa presença cultural (a língua, os monumentos) nas antigas colônias, tarefa cada vez mais difícil porque se terá de concretizar no contexto da concorrência mundial" (Catroga, 1996, p. 619). As expectativas ligadas à entrada de Portugal na União Europeia aparecem sobretudo na edição n. 16 de *Oceanos*. Sobre esse ponto, ver Maxwell, 2006 (especialmente capítulos 7, 8 e 9).

66As iniciativas e ações da CNCDP vêm a se somar à já consolidada inscrição ostensiva da memória da expansão no espaço urbano: "A memória da expansão está inscrita nos monumentos, na paisagem urbana – estátuas, praças, locais de culto —, nos nomes das ruas e pontes. Essa memória foi modelada a partir da organização de cortejos cívicos, da representação portuguesa nas exposições universais e coloniais, da realização de exposições no próprio país" (Bethencourt, 2000, p. 442).

67Como se pode ver na *Síntese das atividades e iniciativas 1989–1994* da CNCDP, quando se encerrou um primeiro ciclo de atividades (CNCDP, 1994). Nessa mesma direção, ver Garcia, 1994, pp. 247–54. Sobre as estratégias de divulgação e iniciativas no âmbito da CNCDP, ou no Brasil no mesmo período, ver os artigos de Marcos Cardão, de Iara Lis Schiavinatto e de Jaime Rodrigues, e o editorial de Elisa Lopes da Silva & José Miguel Ferreira, publicados no dossiê "História das comemorações dos 'descobrimentos portugueses'" (*Práticas da História*, 2019), bem como os artigos de Pedro Martins, de Marta Araújo, de Nazaré Torrão & Octavio Páez Granados e de Catarina Duff Burnay, além da introdução de Pedro Cerdeira, publicados no dossiê "A Expo 98 e o Portugal pós-imperial em busca de uma narrativa nacional" (*Língua-lugar*, 2020).

68Moedas: *Oceanos*, n. 11, 1992, p. 57; n. 13, 1993, p. 39; n. 18, 1994, p. 103; n. 19/20, 1994, p. 245; n. 22, 1995, p. 120; n. 27, 1996, p. 26; n. 30/31, 1997, p. 54; n. 33, 1998, p. 162; n. 35, 1998, p. 122. Selos: *Oceanos*, n. 17, 1994, p. 57; n. 21, 1995, p. 80; n. 24, 1995, p. 101; n. 32, 1997, p. 62, n. 38, 1999, p. 112; n. 45, 2001, p. 121.

Figura 71



Figura 72



Figura 73



Figura 74

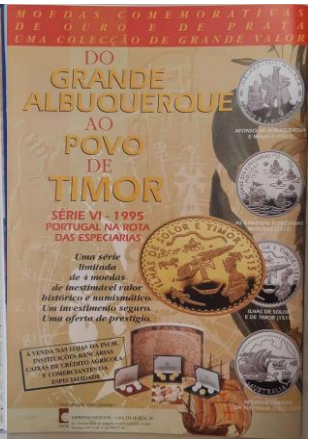


Figura 75

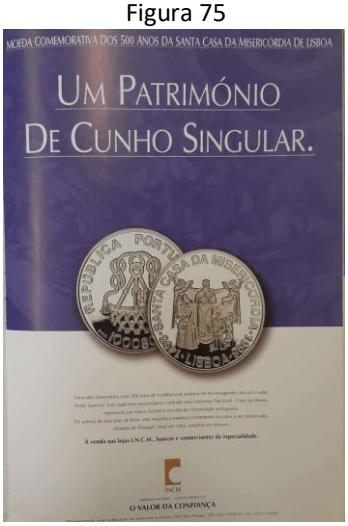


Figura 76

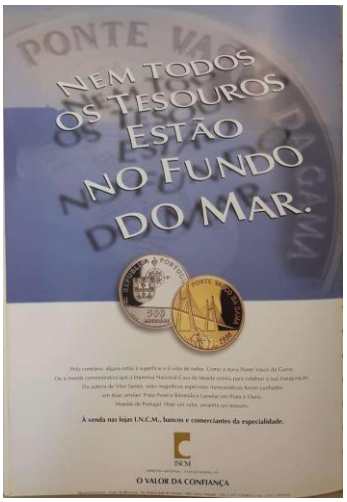


Figura 77



Figura 78



Figura 79



Figura 80



Figura 81 Figura 82 Figura 83 Figura 84



A CNCDP fez seu aparecimento na conjuntura na qual Pierre Nora diagnosticou o fim das "sociedades-memória", marcadas pela memória "espontânea", e em seu lugar a emergência dos "lugares de memória" (Nora, 1993, pp. 12–3). Todavia, na exata contramão de efetuar "sacralizações *passageiras*" e um "sentimento *residual* da continuidade" como é próprio dos lugares de memória (Nora, 1993, pp. 7, 13, o destaque é meu), o discurso histórico no âmbito da CNCDP realizou em Portugal o avesso do que Nora diagnosticava: atualizou a memória dita "espontânea", que em verdade de espontânea nada tem, posto ser uma fabricação secular e constantemente atualizada por dispositivos de poder.

Nas páginas de *Oceanos*, a experiência do tempo histórico não é presentista (Hartog, 2003): o passado (a tradição que se celebra) harmoniza-se com o futuro (a modernização que se aspira), como se observa em diferentes anúncios (Figuras 85 a 92): no anúncio do Grupo BCA Baviera, lê-se: "Continuamos a investir no futuro"[69]. Mote semelhante aparece nos anúncios da Saint-Gobain Glass, "Uma marca para o futuro"[70], e da Rede Ferroviária Nacional, "Aproximamos o futuro"71, enquanto no anúncio veiculado pela Adtranz fala-se de "visão futurista"[72]. Nessa mesma diração, tome-se o mote das comemorações e da revista: "Uma aventura de séculos para inventar o futuro" e "um patrimônio com futuro", respectivamente[73]. Tais enunciados estão em sintonia com o mencionado artigo de António Manuel Hespanha: "Conhecer o passado para inventar o futuro" (Hespanha, 1997, p. 99). Outros dois conceitos colados a este são "modernização" e "progresso": o primeiro se faz presente na peça da IPE, na qual a empresa é apresentada como um instrumento dirigido à "aceleração da modernização da economia portuguesa"[74], e no anúncio do Banco Nacional Ultramarino: "modernizamos com solidez"[75]; já o segundo figura, por exemplo, em anúncio da Citroën: "Jamais o progresso foi tão fascinante"[76].

69*Oceanos*, n. 33, 1998, p. 56.
70*Oceanos*, n. 49, 2002, p. 81.
71*Oceanos*, n. 43, 2002, p. 93.
72*Oceanos*, n. 34, 1998, p. 173.
73*Oceanos*, n. 3, 1990, p. 16; n. 19/20, 1994, p. 1; n. 23, 1995, p. 1; n. 24, 1995, p. 1.
74*Oceanos*, n. 42, 2000, p. 97; n. 43, 2000, p. 111; n. 44, 2000, p. 67; n. 45, 2001, p. 21.
75*Oceanos*, n. 9, 1992, s/p (3ª capa).
76*Oceanos*, n. 17, 1994, p. 15.

Figura 85



Figura 86



Figura 87



Figura 88

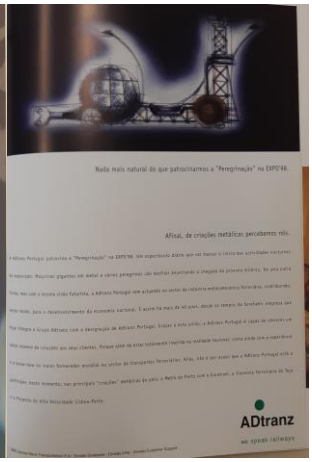


Figura 89



Figura 90

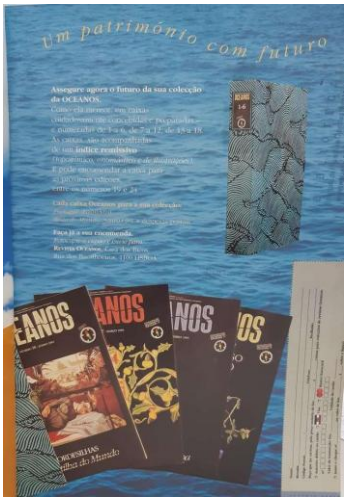


Figura 91



Figura 92



Escrevendo no início do milênio, François Hartog compreende que "a demanda de memória pode ser interpretada como uma expressão dessa crise de nossa relação com o tempo" (Hartog, 2003, p. 186). No caso português, porém, não parece ter havido semelhante crise: se com o colapso do império colonial "um elemento central do discurso nacionalista português desaparecia", em contrapartida "a por vezes anunciada 'crise de identidade' nunca [emergiu] de forma palpável" (Bethencourt, 2000, p. 419). Como afirmou Luís Adão da

Fonseca em entrevista à revista, "celebrar os Descobrimentos é um ato amplificador de horizontes"[77]. O coroamento dessa experiência do tempo histórico é que, ao invés de dirigir-se ao passado na chave da "dívida" face às "vítimas do genocídio" (Hartog, 2003, pp. 257–8), em *Oceanos* semelhante dívida é sublimada como "dívida de abertura e de compreensão" em relação ao "Outro"[78].

No editorial do número 39 — o primeiro de uma série de seis números dedicados ao Brasil —, o diretor da revista e historiador Joaquim Romero Magalhães escreveu: "Para os Portugueses, celebrar os 500 anos de Brasil não significa festejar a colonização do Brasil, mas sim a construção do Brasil, em que tiveram parte de indiscutível relevância"[79]. O jogo de palavras entre "colonização" e "construção" é sintomático dessa sublimação, que em António Manuel Hespanha ganha contornos abertamente apologéticos:

"As comemorações dos descobrimentos não podem encerrar-se numa visão puramente passadista. Devem projetar-se sobre o presente e sobre o futuro, como *um convite a repetir* a aventura de então, a ousar de novo; *a recriar*, nos tempos de hoje, a atitude de curiosidade que leva à descoberta e à inovação técnica e científica; *a restabelecer* um espírito de saudável autoconfiança nas possibilidades próprias" (Hespanha, 1999, pp. 99–100, o destaque é meu).

A perseverança de uma memória eufórica do passado colonial sob nova circunstância histórica, pela qual o horizonte de expectativas se amplia pelas promessas "modernizadoras" da "globalização", e retroage sobre a experiência no sentido de *reiterar* o apagamento das assimetrias e violências coloniais, são especialmente nítidas nessa passagem de José Jobson de Andrade Arruda, que vem em seguida a uma citação de Fernando Catroga em que este fala do "viés universalizante da comemoração" supostamente no lugar de uma "visão lusocêntroca e eurocêntrica":

"Por essa via, Portugal se despe, definitivamente, da roupagem colonialista. Abdica da condição de 'metrópole'. *Põe no esquecimento a exploração colonial* realizada durante muitos séculos em vários continentes. Revaloriza, nas entrelinhas, sem assumir explicitamente, a ideia de fomento, tão cara à historiografia do Estado Novo, pois o exercício do novo papel pressupõe enfatizar um certo paternalismo, que teria levado as colônias a se transformarem em nações independentes, *aproximando o universalismo dos Descobrimentos com o mundo da Globalização*. Nesse contexto, mais uma vez, *torna-se indispensável nublar as rupturas traumáticas, muito especialmente as guerras coloniais tão recentes*, aplicando nas feridas abertas o lenitivo das promessas inscritas no futuro […]. Mais uma vez, foi necessário reforçar as apostas no presente, *exorcizando os fantasmas do passado que continuam a rondar a mãe-pátria*. […] Um Portugal que se quer desenvolvido, democrático e europeu, transparece no *esforço de transmitir modernidade*, de valorizar a dimensão científica dos Descobrimentos" (Arruda, 1999, pp. 28–9, o destaque é meu).

De fato, o passado visto na chave do "encontro de civilizações" espelha a imagem entusiasta do presente no qual fez seu aparecimento: como hoje, também ontem teria havido a "criação de uma economia mundial" acompanhada de um novo "relacionamento entre os homens" (CNCDP, 1992, pp. 75–7). Dessa perspectiva, tudo se passa como se os sujeitos épicos da "globalização" entre o final do século XX e início do século XXI tivessem, nos sujeitos épicos da "globalização" da primeira modernidade, seus precursores: daí a se encarar os segundos *da mesma maneira e com a mesma familiaridade* com que se encara os primeiros, é um passo. O mesmo pode ser dito dos processos históricos, no que se incluem as relações de trabalho.

Crítico desta memória eufórica, Alfredo Margarido falava, já em 1980, de um "espírito colonial largamente generalizado em Portugal" — em alusão aos três impérios coloniais (Margarido, 1980, p. 7). Duas décadas depois, na conjuntura das comemorações, este notável escritor asseverou: "Sutil, mas constantemente, sente-se perpassar na atmosfera política nacional um sopro gélido, muito necrofílico, que à força de exaltar o passado,

77 *Oceanos*, n. 3, 1990, p. 12.
78 *Oceanos*, n. 34, 1998, p. 5. Trata-se do editorial escrito por António Manuel Hespanha.
79 *Oceanos*, n. 39, 1999, p. 5.

compromete o presente, e mais ainda o futuro. […] a criação e sobretudo a perenidade da Comissão encarregada de comemorar os descobrimentos constitui certamente um desses sintomas". Margarido pôs as "descobertas" entre aspas e chamou de "delírio" a experiência do tempo histórico nelas ancorada no advento do terceiro milênio (Margarido, 2000, pp. 5–7).

5. Refúgio Narcísico

Como é possível que determinadas percepções, ideias, atitudes e valores enraízem-se, definindo os limites do pensável? Em *O que significa elaborar o passado* (1963), Adorno vê no complexo de "culpa coletiva dos alemães" do pós-Segunda Guerra e no silêncio paralisador dessa culpa diante do "indizível" uma *incapacidade* de *elaborar o passado*, isto é, de trazer o acontecido para o plano da consciência e compreender *por que* e *como* o acontecido aconteceu e *quem* foram seus responsáveis. Como resultado dessa culpa "altamente fictícia" e da dita inaptidão, Adorno conclui: "o passado de que se quer escapar ainda permanece muito vivo. O nazismo sobrevive" (Adorno, 1995, p. 29).

A despeito da enorme distância entre a memória alemã do passado nazista no imediato pós-Segunda Guerra e a memória portuguesa do império colonial nas décadas finais do século XX e início do século XXI, há um ponto de contato: se o orgulho nacional dos alemães no contexto da ascensão do nazismo foi visto por Adorno como um "narcisismo coletivo", e se a inaptidão para a elaboração do passado na sociedade alemã quando ele escrevia cumpria a função de preservar esse mesmo orgulho, agora ferido e ameaçado (Adorno, 1995, pp. 29, 39–40), no caso português é igualmente *a preservação e o reforço de um narcisismo coletivo* o que está em jogo com a enunciação e veiculação reiterada de discursos apologéticos do passado colonial moderno, com feições marcadamente *nacionalistas*, de que é emblemático o enunciado que aparece na peça publicitária veiculada pelo Instituto Camões em uma das edições da revista sobre a "portuguesa língua", a partir de um poema de António Ferreira, com uma imagem do oceano ao fundo: "Onde fora senhora, vá de si soberba, e altiva" (Figura 93)[80].

Figura 93



A diferença central é que, enquanto o caso alemão aproxima-se do que Paul Ricoeur chamou de "memória impedida", que, imersa na *culpa*, compreende um tabu, isto é, algo do qual não se deve ou não se consegue falar e se quer esquecer — situação que prevaleceu até os anos 1970[81] —, no caso português o registro é de

80*Oceanos*, n. 23, 1995, p. 100.

81A chamada *Erinnerungskultur* (cultura da memória) é estabelecida como política de Estado na República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) entre o final dos anos 1970 e os anos 1980, ocasião em que o passado nazista passa a ser abertamente discutido em chave crítica.

uma "memória manipulada", plena de bens simbólicos de alto valor e isenta de *responsabilidade* (Ricouer, 2007), mas raramente reconhecida enquanto tal, dissimulada que é pela ideologia do "saudosismo".

Rende insistir na comparação, e para tanto valho-me de um exemplo hipotético: se na Alemanha — fosse nos primeiros anos do pós-Segunda Guerra, fosse a partir dos anos 1980 — era impensável, por exemplo, um anúncio da Mercedes-Benz com o enunciado "A conquista que faltava para o seu Reich" figurar em uma revista que versasse sobre a história daquele país na primeira metade do século XX, isso ocorria porque, na sociedade alemã, o passado nazista tornou-se uma "herança dissonante" (Ashworth & Turnbridge, 1996) — ou, caso se prefira adjetivações alternativas comumente empregadas, um passado "difícil" ou "sensível" —, fosse porque, em um primeiro momento, dele não se queria e não se conseguia falar, fosse porque, no momento em que passou a ser reconhecido e discutido abertamente, a maioria da população, jovem e adulta, logrou *desidentificar-se* com este passado, mais precisamente com os sujeitos do nazismo, suas ações e seus ideais. Ora, o mesmo não só não se verificava na sociedade portuguesa na passagem do milênio como nela imperava o exato oposto: falava-se aberta e ostensivamente do passado colonial moderno, e se o fazia predominantemente em chave apologética, de modo que nada deste passado era experienciado como dissonante[82].

Em Portugal, tamanha era a força e o enraizamento do "espírito colonial" de que falou Margarido que a nova experiência aberta pelo colapso do terceiro império colonial entre os anos 1960 e 1970 — colapso este eufemisticamente chamado de "descolonização" (Correia, 1999; Margarido, 1999, pp. 120–36) — não foi capaz de alterar a experiência do império colonial moderno[83], ou, nas palavras de Keneth Maxwell, de "reordenar a sociedade" (Maxwell, 2006, p. 15), e é plausível que tenha se dado mesmo o inverso, isto é, um reforço compensador do longínquo passado como forma de preservar o orgulho nacional, que se via ferido e ameaçado nas décadas finais do século XX. Lida a contrapelo, a interpretação de Arruda atesta essa hipótese: a fim de "nublar as rupturas traumáticas", celebra-se o "universalismo dos descobrimentos". Tome-se a perspectiva de José Manuel Garcia: se "o poder é efêmero e o tempo dos domínios já desapareceu", em contrapartida "não podemos deixar de pensar, no que diz respeito à memória da Expansão dos portugueses pelo Mundo, que essa é de fato *eterna* e permanece *viva*", ao que arrebata:

"O conhecimento das ações dos portugueses […] *constitui neste fim do segundo milênio uma herança histórica a realçar*, pois o conhecimento da História dos Descobrimentos e da Expansão de Portugal *permite a nossa valorização*, na medida em que *o entendimento de tal herança é uma obrigação* na consciência de todos aqueles para quem a História é uma parte essencial da formação de cidadãos *conscientes de seu lugar no Mundo*" (Garcia, 1999, p. 209, o destaque é meu).

"Valorização", "lugar no mundo": sustento que, com as derrotas militares e o colapso do terceiro império colonial nos anos 1960 e 1970, o império colonial da época moderna converteu-se em *refúgio narcísico*, alimentado pela "amnésia autoimposta" do período revolucionário e pela "sublimação" das experiências daquele período (Maxwell, 2006, p. 16), e que a CNCDP, e com ela *Oceanos*, serviram como dispositivos decisivos nesta conversão. Esse processo não criou a memória apologética deste passado colonial, de matriz secular, mas, amparando-se nela, conferiu-lhe extraordinário reforço.

82Aqueles que consideram a comparação indevida ou impertinente perdem de vista que, para parcelas da população de países colonizados por Portugal, especialmente (mas não só) para pessoas que fazem parte de grupos historicamente subalternizados – e muito antes da decolonialidade —, enunciados como "A conquista que faltava para o seu reino" tendem a provocar, *por razões que são historicamente (e historiograficamente) lastreadas*, um mal-estar, uma repulsa e uma indignação semelhantes ou análogos ao mal-estar, à repulsa e à indignação que o enunciado hipotético que lancei provocaria (ou provoca) sobre um grande número de indivíduos em várias partes do mundo, universo no qual provavelmente se incluem aqueles que consideram a comparação indevida ou impertinente.

83Operação que Koselleck chama de "expectativa retroativa" (Koselleck, 2006, pp. 312–3).

Nesses termos, a temporalidade nacionalista afim ao projeto de "mobilização de todo nacional" do decreto que criou a CNCDP[84], mimetizando no presente a imagem pretérita segundo a qual "o povo português se lançou de forma coesa" na empresa colonial, bloqueou a necessária operação retroativa de *temporalização da experiência*. Dispondo os dados da realidade em um "tempo homogêneo e vazio" (Benjamin, 1987), a história foi vista como evolução de um sujeito essencializado — "a" nação, "o" povo, "o" português —, idêntico a si mesmo na longa duração, portador de traços morais fixos e estáveis, convocando com extraordinária força a *hiperidentificação afetiva* de todos os que fazem parte deste universo[85]. Semelhante destemporalização do tempo histórico se deixa ver em três anúncios (Figuras 94 a 96): em duas peças publicitárias da CTT Correios, sendo uma na qual se enuncia que haveria um "jeito de sentir e viver português"[86] e outra na qual os anos de 1543 e 1993 são dispostos lado a lado[87], e em um anúncio que a publicação fez de si mesma: "O que é eterno guarda-se para sempre"[88]. Enfim, se hoje há quem almeje — e na ocasião havia quem almejasse — a "desnaturalização" da história e do "nós" (Silva & Ferreira, 2019, p. 8), no âmbito das comemorações oficiais uma tal operação esbarrou em seu limite.

Figura 94

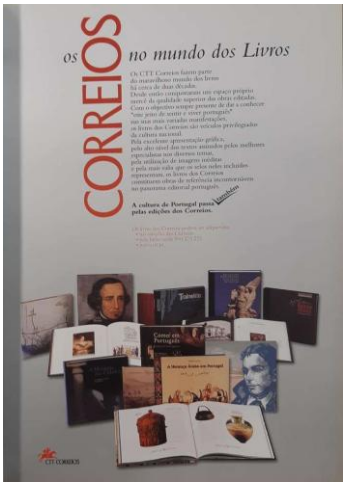


Figura 95

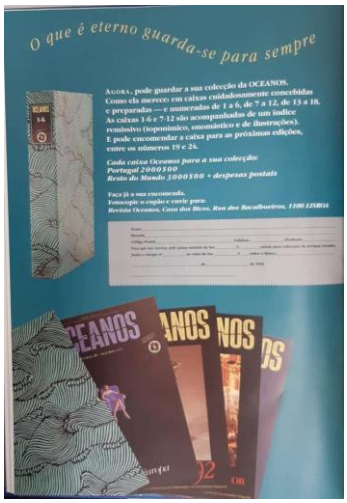


Figura 96



Nessas manifestações, e no conjunto aqui considerado, a habitação do passado como pátria compreende uma *mimetização do conteúdo pela forma*, um verdadeiro antifetiche[89], razão pela qual se pode com propriedade caracterizá-la alternativamente como *conquista e colonização do passado*. Dessa ótica, as práticas extradiscursivas de sujeição de que, no passado colonial, conquistadores e colonizadores lançaram mão na geografia extradiscursiva do mundo (às quais correspondia um discurso "civilizatório") são *atualizadas* pelas práticas discursivas de sujeição de que, nas comemorações dos descobrimentos, múltiplos atores lançaram mão na geografia discursiva do mundo (às quais correspondia um novo mundo extradiscursivo, "globalizado" e "moderno"), com seus dispositivos típicos de deturpação, enviesamento, silenciamento e apagamento,

84Segundo o Decreto-Lei nº 391/86, a recordação do "caráter científico" dos "descobrimentos", de sua "cuidadosa preparação", da "definição firme de objetivos" e de sua "prossecução" dá-se em função de um "projeto de *mobilização de todo nacional*, pelos Portugueses de hoje" (Decreto-Lei nº 391/86, o destaque é meu).

85Omar Ribeiro Thomaz fala da "constante invenção e afirmação de 'tradições' que diziam respeito a *um povo secularmente imperial*" (Thomaz, 2002, p. 21, o destaque é meu). Sobre usos da noção de evolução no início do milênio em Portugal, em contraste com o legado da "revolução", ver Almeida, 2009 (em especial cap. 16). Sobre a hiperidentificação afetiva, ver Trindade, 2008 (especialmente a Introdução).

86*Oceanos*, n. 46, 2001, p. 41.

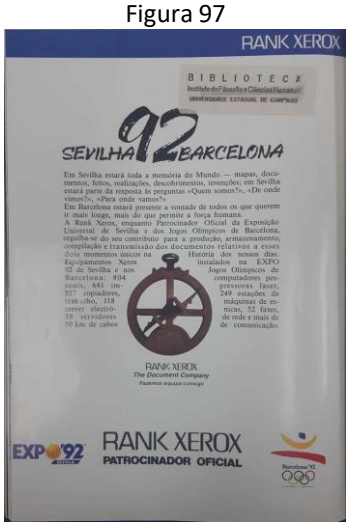
87*Oceanos*, n. 16, 1993, p. 7; n. 23, 1995, p. 99.

88*Oceanos*, n. 17, 1994, p. 132; n. 18, 1994, p. 4; n. 21, 1995, p. 1.

89Na tradição crítica do marxismo, o fetiche consiste na autonomização da forma, ou o inverso do caso em questão, no qual se observa uma total heteronomia ou dependência da forma em relação a um certo conteúdo idealizado: uma vez fixada nele, a forma realiza uma perpétua atualização deste conteúdo, adequando-o, em sucessivas épocas históricas, a diferentes situações, obedecendo com isso a uma lógica da repetição.

justificados e dissimulados com eufemismos e subterfúgios de todo tipo. Em um anúncio da Xerox, lê-se, em alusão à Expo 92: "Em Sevilha estará toda a memória do mundo" (Figura 97)[90]. Acaso na exposição de Sevilha (1992), a que se pode acrescentar Lisboa (1998), esteve de fato presente "toda a memória do mundo"?

Figura 97



6. Considerações Finais

Dentre a enorme variedade de narradores do passado, coexistem diferentes domínios especializados e codificados do discurso histórico. História e Literatura são possivelmente os mais destacados e certamente os mais lembrados, mas não são os únicos. Um destes domínios é (ou pode ser) a Publicidade: assim como o texto historiográfico, o romance, o livro didático, o texto jornalístico, o filme etc., também a peça publicitária pode compreender em si um discurso histórico[91]. É o que se observa no conjunto aqui examinado de anúncios publicitários veiculados na revista *Oceanos* entre 1989 e 2002, os quais, na conjuntura das comemorações, tomaram parte ativamente na atribuição de sentido ao passado. Nesse conjunto, a reprodução de uma memória apologética do passado colonial português mostra-se com especial nitidez.

Haja vista que as agências de publicidade se valem de técnicas de pesquisa de mercado para a gestão do anúncio comercial, essa fonte permite inferir com alguma segurança o que trivialmente chamamos de senso comum em uma dada sociedade: no caso em questão, o profundo enraizamento, na sociedade portuguesa, de uma imagem ao fim e ao cabo positiva do passado colonial. Ademais, os anúncios veiculados em *Oceanos* assumem especial valor na medida ainda em que neles se flagra, como poucas fontes o permitem, uma indisfarçada imiscuidade entre Estado (poder político), interesses corporativos (poder econômico) e historiografia acadêmica (poder acadêmico) na operação de atribuição de sentido e nos usos do passado — não obstante a presença, nas instituições acadêmicas e no espaço público, de não poucos historiadores e intelectuais que mantiveram no período uma atitude crítica diante do tipo de discurso histórico aqui escrutinado[92].

90*Oceanos*, n. 11, 1992, s/p (3ª capa).

91A atribuição de sentido ao passado histórico pela publicidade constitui um campo de pesquisa pouco explorado, tanto nas áreas de Comunicação (e Ciências da Linguagem) como na área de História. Consequentemente, são escassos os trabalhos acadêmicos dedicados ao assunto. Uma referência que merece ser citada, e que vai ao encontro do que procurei fazer aqui, é o capítulo "Resort to Nostalgia: Mountains, memories and myths of time", escrito por Wernick (1997): interessado no "conteúdo ideológico" de uma peça publicitária de um resort, o autor observa: "Para promover seu produto – uma mercadoria de lazer que oferece um pacote completo –, o anúncio mobiliza e constrói um conjunto de valores e símbolos que remete às alegrias do passado e ao retorno às origens. Seu apelo – usando o termo em seu sentido mais amplo e em continuidade com o próprio léxico atual do consumo – é à 'nostalgia'". Segundo Werneck, no caso a publicidade pode ser lida "como um índice da história cultural" (Werneck, 1997, p. 209).

92O choque entre perspectivas críticas e apologéticas assume a forma de "problemas existenciais" (Alexandre, 1993, p. 15).

No que toca especificamente aos dois últimos diretores de *Oceanos*, em que pese sua envergadura como historiadores, e os apontamentos que, na condição de historiadores, eles possam ter feito quanto às maneiras pelas quais podemos ou devemos encarar o passado colonial e que comumente são aceitos pela comunidade historiadora são maiores questionamentos (Elias & Ferreira, 2019, pp. 14–5; Schiavinatto, 2019, pp. 61s; Cerdeira, 2020, p. 34), fato é que, na condição de diretores da revista, ambos puderam conviver sem qualquer transtorno com discursos despudoradamente apologéticos acerca deste mesmo passado. Como explicá-lo?

Estes anúncios, porque publicados *nesta* revista, são *indícios* de que, para uma parte dos historiadores em Portugal – e, como procurei mostrar, também no Brasil –, vale a máxima de Trouillot segundo a qual "quanto mais importante for um tema para segmentos específicos da sociedade civil, tanto mais dóceis as interpretações dos fatos oferecidas pela maioria dos historiadores profissionais" (Trouillot, 2016, p. 51). Cumpre então indagar: até onde deve ir (e até onde tem ido) a reverência devida a nossos mestres? Qual é o limite a partir do qual termina a reverência e começa a docilidade — uma docilidade antiacadêmica — para com os intérpretes considerados canônicos e os nomes próprios que portam, e por extensão também para com suas interpretações do passado? No caso específico dos dois últimos diretores de *Oceanos*, sustento que seus vieses historiográficos estão muito mais próximos do senso comum em Portugal e da tradição apologética do que das perspectivas críticas, e que a fonte aqui considerada se oferece a um só tempo como indício disso e como régua para uma leitura crítica ou não domesticada de seus trabalhos historiográficos, permitindo ver e enunciar abertamente o que a cega e antiacadêmica reverência impede que seja visto e enunciado.

Finalmente, a investigação sobre a reprodução e atualização de uma memória eufórica do passado colonial em Portugal importa na medida em que, parafraseando Adorno, ainda em nossos dias ela permanece muito viva. Seus efeitos se fazem sentir especialmente na renovado fortalecimento da extrema-direita — o que obviamente não quer dizer que este fenômeno tenha como causa única a resiliente perseverança desta memória —, mas não só: também no campo dito democrático percepções e discursos têm sido informados (e enformados) por essa mesma memória desde o fim da Segunda República em meados dos anos 1970, à direita e à esquerda, e é o caso de indagar seriamente se (e em que medida) o enraizamento e a normalização do neolusotropicalismo como visão de mundo no dito campo não deixou aberto o terreno para a extrema-direita avançar, ou ao menos não contribuiu para tanto. Qualquer que seja a resposta, o ponto é que não se pode desprezar o papel que semelhante memória vem cumprindo na vida social, cultural e política do tempo presente em Portugal.

Em face de tudo o que aqui foi dito, vale uma ressalva final: quem se dedicar a uma pesquisa exaustiva sobre *Oceanos* sem dúvida encontrará um quadro mais complexo e variado do que aquele que mostrei, sem que isso implique em desconfirmar a tese central deste artigo. Nem tudo são apologias na revista: bem entendido, refiro-me especialmente aos artigos[93]. Tome-se, por exemplo, "Portugal e a Comemoração do Centenário da Independência do Brasil", de Vitorino Magalhães Godinho. Defendendo que "a História não é reviver o passado", ele argumenta: "[impõe-se] acabar com essa pedagogia de discoteca e levar a que na escola se trabalhe, sem medo de traumatizar os cérebros juvenis" (Godinho, 2002, p. 152). Que essas palavras se encontrem no último parágrafo do último artigo da última edição de *Oceanos*, não é sem ironia.

Agradecimentos

O autor agradece, pelas sugestões, aos pareceiristas e aos membros do grupo Seminários Teóricos e Práticos de Metodologia da Pesquisa Histórica (USP).

93A compilação completa de artigos e autores foi realizada por Silva & Simões, 2013.

Referências

Abescais, C. K. (1965). *Fundamentos de uma política de povoamento* [Conferência proferida na sessão solene de inauguração da "Semana do Ultramar", realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 3 de maio de 1965]. Sociedade de Geografia de Lisboa.

Adorno, T. (1995). O que significa elaborar o passado. In *Educação e emancipação* (W. L. Maar, Trad., pp. 29–49). Paz e Terra.

Alexandre, V. (1993). *Os sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Edições Afrontamento.

Almeida, S. V. (2009). *Camponeses, cultura e revolução: Campanhas de dinamização cultural e ação cívica do MFA (1974–1975)*. Edições Colibri & Instituto de Estudos de Literatura Tradicional.

Arruda, J. J. A. (1999). *O trágico 5.º centenário do descobrimento do Brasil: Comemorar, celebrar, refletir*. Edusc.

Ashworth, G. J., & Tunbridge, J. E. (1996). *Dissonant heritage: The management of the past as a resource in conflict*. John Wiley & Sons.

Benjamin, W. (1987). Sobre o conceito de história. In *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura* (Obras escolhidas, Vol. 1, 3.ª ed., S. P. Rouanet, Trad., pp. 222–234). Brasiliense.

Bethencourt, F. (2000). A memória da expansão. In F. Bethencourt & K. Chaudhuri (Orgs.), *História da expansão portuguesa* (Vol. 5, pp. 442–480). Temas e Debates.

Castelo, C. (1999). *"O modo português de estar no mundo": O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933–1961)*. Afrontamento.

Castelo, C. (2013, April 17). O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio. *Buala*. https://www.buala.org/en/to-read/luso-tropicalism-and-portuguese-late-colonialism

Catroga, F. (1996). Ritualizações da História. In L. R. Torgal, J. M. Amado, & F. Catroga (Orgs.), *História da História de Portugal: Séculos XIX–XX* (pp. 546–671). Editora Círculo.

Cerdeira, P. (2020). Introdução: Leituras do país dos "descobrimentos" no final do século XX. *Língua-Lugar, 1*, 33–43. https://oap.unige.ch/journals/lingua-lugar/article/view/204/194

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. (1992). *Portugal e os Descobrimentos: O encontro de civilizações*. CNCDP.

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. (1994). *Síntese das actividades & iniciativas 1989–1994*. CNCDP.

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. (1997). *Portugal na abertura do mundo*. CNCDP.

Correia, P. P. (1999). A revolução e a questão colonial: Que descolonização? In F. Rosas (Coord. cient.), *Portugal e a transição para a democracia (1974–1976)* (pp. 120–136). Edições Colibri, Fundação Mário Soares & Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Cortesão, J. (1940). *Cartas à mocidade*. Seara Nova.

Cortesão, J. (1975). *Introdução à História das bandeiras* (Vol. 1). Livros Horizonte.

Cortesão, J. (1993). *História da expansão portuguesa* (Obras completas 4). Imprensa Nacional–Casa da Moeda.

Cortesão, J. (2012). *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. IOESP & Fundap.

Curto, D. R. (2002). O atraso historiográfico português. In D. R. Curto (Ed.), *Opera Minora* (Vol. 3, pp. XIII–LXXXVII). Fundação Oriente.

Curto, D. R. (2009). *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Editora da UNICAMP.

Decreto Legislativo n.º 87/92. (1992). Aprova o texto do Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Brasília, em 7 de maio de 1991. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1992/decretolegislativo-87-24-novembro-1992-358346-publicacaooriginal-1-pl.html

Decreto-Lei n.º 391/86. (1986, November 22). *Diário da República, I Série*, 270, 3524–3525. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/391-1986-221497

Dossiê "A Expo 98 e o Portugal pós-imperial em busca de uma narrativa nacional". (2020, June). *Língua-Lugar, 1*. https://oap.unige.ch/journals/lingua-lugar/issue/view/21

Dossiê "História das comemorações dos 'descobrimentos portugueses'". (2019). *Práticas da História, 8*. https://praticasdahistoria.pt/index.php/pdh/issue/view/1138

Fernandes, F. (1990). Desafios às Ciências Sociais de Língua Portuguesa. *Estudos Avançados, 4*(10), 197–199. https://revistas.usp.br/eav/pt_BR/article/view/8587/10138

Franco, J. E. (2000). *O mito de Portugal: A primeira História de Portugal e sua função política*. Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque D'Orey & Roma Editora.

Freyre, G. (1951). *O mundo que o português criou*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.

Garcia, J. M. (1994). *Ao encontro dos Descobrimentos: Temas de História da expansão*. Editorial Presença.

Garcia, J. M. (1999). *Breve história dos descobrimentos e expansão de Portugal*. Editorial Presença.

Godinho, V. M. (1998). Portugal e os Descobrimentos. *Revista de História Económica e Social*, 21–50.

Godinho, V. M. (2002). Portugal e a comemoração do centenário da independência do Brasil. *Oceanos, 49*, 149–152.

Godinho, V. M. (2004). *Portugal: A emergência de uma nação (das raízes a 1480)*. Edições Colibri & Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Hartley, L. P. (2002). *The go-between*. The New York Review of Books. (Original work published 1953)

Hartog, F. (2013). *Regimes de historicidade: Presentismo e experiência do tempo* (A. S. de Menezes et al., Trads.). Autêntica.

Hespanha, A. M. (1997). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Acervo, 10*(1), 97–102. https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/276/276

Koselleck, R. (2006). *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* (W. P. Maas & C. A. Pereira, Trads.; C. Benjamin, Rev.). Contraponto & Ed. PUC-Rio.

Lowenthal, D. (2015). *The past is a foreign country*. Cambridge University Press.

Margarido, A. (1980). Das várias maneiras de ver e de não ver a colonização. In *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa* (pp. 5–31). A Regra do Jogo.

Margarido, A. (2000). *A lusofonia e os lusófonos: Novos mitos portugueses*. Edições Universitárias Lusófonas.

Maxwell, K. (2006). *O império derrotado: Revolução e democracia em Portugal* (L. T. Motta, Trad.). Companhia das Letras.

Nascimento, A. (1978). *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Paz e Terra.

Nora, P. (1993). Entre memória e história: A problemática dos lugares (Y. A. Khoury, Trad.). *Projeto História, 10*, 7–28. https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101

Oceanos. (1990–2002). Lisboa.

Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento* (A. François et al., Trads.). Editora da UNICAMP.

Schiavinatto, I. L. (2019). Entre celebrações e exposições: Algumas visibilidades em jogo nos Descobrimentos (1990–2000). *Práticas da História, 8*, 49–83. https://praticasdahistoria.pt/article/view/22397/16490

Schneider, A. L., & Cazetta, F. (2025). Do iberismo ao lusotropicalismo: O percurso intelectual de Gilberto Freyre. *Ler História, 88*, 125–137. https://journals.openedition.org/lerhistoria/14746

Silva, A. C., & Simões, C. (2013, December 2). Revista *Oceanos* — Índices (compilação por Ana Celeste Silva e Carina Simões). *Arquivo Histórico Madeira*. https://arquivohistoricomadeira.blogspot.com/2013/12/revista-oceanos-indices-compilacao-por.html

Silva, E. L., & Ferreira, J. (2019). Editorial: Comemorações dos "descobrimentos portugueses". *Práticas da História, 8*, 7–15. https://praticasdahistoria.pt/article/view/22395/16488

Thomaz, O. R. (2002). *Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o terceiro império português*. Editora UFRJ & FAPESP.

Thompson, E. P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar.

Thompson, E. P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser* (W. Dutra, Trad.). Zahar.

Trindade, L. (2008). *O estranho caso do nacionalismo português: O salazarismo entre a literatura e a política*. Instituto de Ciências Sociais.

Trouillot, M.-R. (2016). *Silenciando o passado: Poder e a produção da história* (S. Nascimento, Trad.). Huya.

Werneck, A. (1997). "Resort to nostalgia: mountains, memories and myths of time" In *Bur this book. Studies in advertising and consumption* (Edited by Mica Nava, Andrew Blake, lain MackRury and Barry Richards). Routledge.

Werneck, A. (1997). Resort to nostalgia: Mountains, memories and myths of time. In M. Nava, A. Blake, I. MacRury, & B. Richards (Eds.), *But this book: Studies in advertising and consumption*. Routledge.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a Declarar. **Revisão por Pares:** Dupla-cega.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.